



1290000548



IE

TCC/UNICAMP SI38i

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Economia

## A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO

CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS SILVA  
R.A. 950270

Orientador: Prof. Dr. Francisco Luiz Cazeiro Lopreato ✓

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<hr/>		
<b>2</b>	<b>O SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO DURANTE O PERÍODO INFLACIONÁRIO</b>	<b>4</b>
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>CARACTERÍSTICAS DO SETOR BANCÁRIO EM ALTA INFLAÇÃO</b>	<b>6</b>
2.1	FONTES DE RECEITA	7
2.2	ESTRATÉGIAS SOB ALTA INFLAÇÃO	10
2.3	ADMINISTRAÇÃO DO ATIVO E PASSIVO	11
2.4	EFEITOS SOBRE A ESTRUTURA SETORIAL	13
<b>3</b>	<b>A REFORMA FINANCEIRA DE 1988</b>	<b>13</b>
<b>4</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>15</b>
<hr/>		
<b>3</b>	<b>A POLÍTICA MACROECONÔMICA DE ESTABILIZAÇÃO E SEUS EFEITOS SOBRE O SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO</b>	<b>17</b>
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>O SETOR BANCÁRIO PÓS-PLANO REAL</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>A CRISE DO SETOR BANCÁRIO</b>	<b>24</b>
<b>4</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>29</b>
<hr/>		
<b>4</b>	<b>O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO NACIONAL</b>	<b>31</b>
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>31</b>
<b>2</b>	<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>32</b>
<b>3</b>	<b>A ESTRATÉGIA DOS BANCOS ESTRANGEIROS</b>	<b>37</b>
<b>4</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>46</b>
<hr/>		
<b>5</b>	<b>O SISTEMA BANCÁRIO E A NOVA CONCORRÊNCIA</b>	<b>48</b>
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>48</b>
<b>2</b>	<b>DIREÇÕES DE ATUAÇÃO</b>	<b>48</b>
<b>3</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>53</b>
<hr/>		
<b>6</b>	<b>INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO E POL. ECONÔMICA</b>	<b>54</b>
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>54</b>
<b>2</b>	<b>IMPLICAÇÕES DA INTERNACIONALIZAÇÃO BANCÁRIA SOBRE A POL. MONETÁRIA</b>	<b>55</b>
<b>3</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	<b>58</b>
<hr/>		
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>59</b>
<hr/>		
	<b>ANEXO 1</b>	<b>62</b>
<hr/>		

<b>ANEXO 2</b>	<b>65</b>
<b>ANEXO 3</b>	<b>68</b>
<b>ANEXO 4</b>	<b>70</b>
<b>ANEXO 5</b>	<b>71</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>72</b>

# RELAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS

## Tabelas

1	TRANSFERÊNCIAS INFLACIONÁRIAS DOS BANCOS COM CARTEIRA COMERCIAL NO BRASIL – 1991/94	9
2	DIMENSÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO E A TAXA DE INFLAÇÃO – 1989/94	14
3	DIMENSÃO DO SETOR BANCÁRIO	21
4	EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO	25
5	FUSÕES, INCORPORAÇÕES OU ASSOCIAÇÕES	27
6	VENDA DE BANCOS COM RECURSOS DO PROER	28
7	FUSÕES E AQUISIÇÕES (COMPRADORES ESTRANGEIROS) – BANCOS DE INVESTIMENTO E DE ATUAÇÃO PREDOMINANTEMENTE DE ATACADO	40
8	FUSÕES E AQUISIÇÕES (COMPRADORES ESTRANGEIROS) – BANCOS DE ATUAÇÃO PREDOMINANTEMENTE DE VAREJO	40
9	DESPESAS OPERACIONAIS COMO PROPORÇÃO DAS RECEITAS	42
10	NÚMERO DE CLIENTES POR AGÊNCIA	43
11	OS DEZ MAIORES BANCOS NO PAÍS – 1994 E 97	44
12	OS VINTE MAIORES BANCOS NO PAÍS – 1998	45

## Gráficos

1	RESULTADOS DOS 40 MAIORES BANCOS	22
2	CUSTOS DE TRANSAÇÕES POR TIPO DE MOEDA – EUA	23
3	BANCOS ESTRANGEIROS – TOTAL DE ATIVOS EM %	45

## 1 INTRODUÇÃO

A trajetória da economia brasileira na década de 90 foi caracterizada pelo desenvolvimento de dois processos de cunho liberal. Por um lado, a abertura comercial e, por outro, a liberalização financeira.

A abertura comercial, ampla e veloz, alterou a estrutura produtiva nacional, principalmente, devido ao crescimento da participação de empresas estrangeiras no mercado brasileiro. Foram eliminadas as principais barreiras não-tarifárias e o grau de proteção da indústria local foi reduzido. Quanto ao movimento de liberalização financeira, o resultado foi o forte crescimento dos fluxos de capitais externos, com especial destaque aos chamados investimentos de portfólio. O crescimento verificado é, em parte, consequência da desarticulação de mecanismos que possibilitam amenizar a saída de capitais em momentos de reversão dos fluxos.

Ambos os processos ganharam grande impulso com a implementação do Plano Real em 1994. Devido à particularidades do plano de estabilização, o câmbio manteve-se valorizado até meados de 1995 reforçando, ainda mais, o processo de abertura comercial. Por sua vez, a queda do patamar inflacionário e o processo de redução do setor público, por meio das privatizações, mostraram-se grandes atrativos de capitais internacionais. As condições favoráveis apresentadas pelo quadro macroeconômico brasileiro permitiram, então, o crescimento da participação dos capitais internacionais em diferentes áreas da economia.

Entre os vários setores nos quais tem-se observado um movimento de internacionalização, ou seja, um crescimento na participação de empresas estrangeiras, o setor bancário nacional tem sido motivo de grande polêmica. O mercado bancário no país, salvo curtos e raros períodos, sempre foi protegido. Certas instituições financeiras estrangeiras atuavam no mercado nacional, mas tanto sua atuação quanto seu crescimento eram fortemente regulamentados pelo governo. A recente liberalização do setor, seguindo uma política contrária àquela historicamente adotada, não deixaria de desencadear um debate em torno da questão.

A abertura do sistema bancário foi promovida em um ambiente econômico estável, após, portanto, da implementação do Plano Real. A questão relevante é saber, então, por que a liberalização do setor seria vantajosa em um contexto de estabilidade, ao contrário de um ambiente de altas taxas de inflação como o vivido pela economia anteriormente, no qual a atividade bancária nacional havia expandido-se tão fortemente.

A justificativa anunciada pelo governo brasileiro baseava-se exatamente na travessia de um longo período de inflação elevada para uma situação de estabilidade econômica. Segundo essa explicação, o funcionamento da economia nacional sob alta inflação, proporcionava aos bancos à oportunidade de auferir um volume de lucros extremamente elevado e, em grande parte, independente das operações tradicionais de um banco. Essa fonte de lucros oriundos da inflação elevada é conhecido como *float*. A passagem para um ambiente estável reduz o volume dos recursos obtidos com o *float* evidenciando, então, problemas patrimoniais nas instituições, quer seja por deficiências gerenciais ou pela existência de uma estrutura incompatível com as exigências da concorrência em um cenário de estabilidade. A internacionalização seria uma forma de impulsionar o processo de reestruturação no setor e, ao mesmo tempo, fortalecê-lo, já que as instituições com problemas teriam seu controle transferido para os bancos estrangeiros.

As opiniões contrárias à esse processo ressaltam a possibilidade de, em um sistema bancário dominado por instituições estrangeiras, a condução da política econômica, por parte do governo, sofrer uma deterioração, principalmente, pela incapacidade da autoridade monetária regulamentar a ação desses bancos no exterior. A questão que se coloca é a alternativa que essas instituições teriam de realocar recursos, devido ao processo de liberalização financeira, de acordo com suas estratégias, o que tornaria a política econômica subordinada à volatilidade desses capitais, já que o volume movimentado poderia ser elevado.

Para que nós possamos analisar as questões apresentadas, será, inicialmente, feita uma análise do funcionamento do setor bancário brasileiro em um ambiente de altas taxas de inflação e formalmente indexado.

A seguir, faremos uma caracterização do setor no período pós-Plano Real ressaltando os efeitos da queda da inflação sobre os bancos brasileiros.

Com esse quadro montado, será detalhada a forma com que se procedeu a abertura do setor, destacando-se o perfil das instituições ingressantes. A combinação da forma de atuação dos bancos estrangeiros com a nova conjuntura do mercado formarão o quadro de referência com relação ao funcionamento do setor bancário no Brasil atualmente.

Por fim, será feita uma descrição das principais idéias que relacionam a internacionalização bancária e a condução da política monetária.

## 2 O SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO DURANTE O PERÍODO INFLACIONÁRIO

### 1 Introdução

O presente capítulo tem como objetivo caracterizar o sistema bancário brasileiro tal como funcionava ao longo do período de altas taxas de inflação. Tendo essa meta em vista, inicialmente serão focalizadas as consequências de um regime de alta inflação sobre os bancos e, por fim, será agregada à análise as alterações institucionais verificadas na reforma financeira de 1988 dando-se maior destaque à mudança na postura dos bancos decorrente desses novos fatores conjunturais.

Em situações de elevadas taxas de inflação o comportamento dos agentes se altera devido ao aumento da incerteza quanto ao futuro, isto é, o efeito corrosivo da inflação sobre a riqueza desencadeia um processo defensivo por parte dos agentes que passam a assumir posições que permitam maior flexibilidade e que os permitam se ajustar de forma mais adequada à mudanças repentinas. Essa alteração de comportamento influencia diretamente a atividade bancária fazendo com que ela também se altere em condições de alta inflação.

A forma pela qual a mudança no comportamento dos agentes influencia a atividade bancária está relacionada ao encurtamento dos prazos dos contratos e à preferência pela liquidez por parte dos agentes. A diminuição dos prazos dos contratos permite maior flexibilidade na realocação dos ativos e a preferência pela liquidez se traduz em demanda por quase-moedas que oferecem alguma proteção contra os efeitos da inflação através da indexação. Essas quase-moedas eram títulos públicos ofertados junto ao sistema bancário que tinham liquidez diária. Esses títulos mantinham seu valor com liquidez pouco menor do que a da moeda propriamente dita o que, em situações de alta inflação, eram características desejadas pelos agentes. Contudo, as operações com títulos não eram a principal fonte de receitas dos bancos. A parte mais significativa dos ganhos bancários estava na apropriação da receita do *floating* que, como será visto adiante, implicava na ampliação da base de captação de recursos. O principal instrumento para se realizar tal ampliação foi a aplicação em títulos públicos. Os bancos passaram a dividir com os clientes as vantagens

obtidas nas aplicações em títulos, ou seja, proteção contra a inflação e grande liquidez o que resultou na conquista de novos clientes.

A institucionalização da moeda indexada<sup>1</sup> (quase-moeda) no Brasil permitiu o desenvolvimento do sistema financeiro nacional concomitantemente à um longo período de elevadas taxas de inflação. A indexação alcançou os depósitos à vista por meio de operações de mercado aberto. O compulsório dos depósitos à vista era realizado totalmente através de títulos públicos que garantiam uma remuneração igual à taxa do *Overnight* apesar desta não apresentar nenhum vínculo com a variação de preços da economia, obrigando o Banco Central a atuar no mercado. Dessa forma, os títulos públicos tiveram seu papel restringido à apenas captadores de recursos de curtíssimo prazo através das instituições financeiras que as utilizavam para captar recursos do público. Como o Banco Central tinha um compromisso de pagar algum juro real além da reposição da inflação, os ganhos inflacionários eram pequenos, somente os bancos através do pagamento de taxas de juros nominais menores para as pequenas aplicações obtinham uma receita substancial do ganho inflacionário.<sup>2</sup>

Assim, os bancos precisam se adaptar ao menor prazo dos contratos e compartilhar as vantagens das quase-moedas com sua clientela. Contudo, esses não são os únicos fatores que contribuem para uma alteração na forma de atuação dos bancos. Em situações de grande instabilidade, os riscos inerentes à atividade bancária - risco de crédito, de taxas de juros e de liquidez - tornam-se maiores exigindo, dessa forma, alterações na postura dos bancos. Com o passivo tendo seu prazo encurtado devido à rentabilidade diária oferecida aos clientes, como já visto, o risco de liquidez para os bancos aumenta já que seus ativos são, principalmente, caracterizados por empréstimos de longo prazo. Além disso, devido às altas taxas de inflação verifica-se um aumento da inadimplência. A conjugação desses fatores provocam alterações na atuação dos bancos notadamente por meio de uma grande contração na oferta de crédito.

Para a caracterização do setor bancário brasileiro em regime de altas taxas de inflação é necessário identificar as alterações realizadas por essas

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes sobre a questão da moeda indexada no Brasil, ver BARROS (1993).

<sup>2</sup> Este assunto voltará a ser abordado na seção Fontes de receita.

empresas que as tornam capacitadas a sobreviverem nessa nova conjuntura. Para tanto, a ênfase será dada sobre a composição das receitas dos bancos e em como elas se alteram em momentos de alta inflação.

No entanto, o caso brasileiro apresenta uma especificidade que diz respeito à uma alteração institucional ocorrida por meio de uma reforma financeira em 1988 que, vale dizer, não apresenta nenhuma relação causal com o regime de alta inflação. Essa alteração institucional acabou com a segmentação "oficial" do mercado através da criação do banco múltiplo, situação que na prática já se verificava, pois os grandes bancos comerciais controlavam diversas instituições financeiras em diferentes segmentos do mercado e, além disso, outra alteração importante foi a extinção da carta patente o que significou uma abertura à concorrência no setor. Tais alterações resultaram em mudanças tanto na estrutura do mercado quanto nas próprias estratégias e formas de atuação das empresas do setor.

A seguir serão apresentadas características do setor bancário em alta inflação observando-se o contexto indicado até aqui.

## 2 Características do setor bancário em alta inflação<sup>3</sup>

Em ambientes caracterizados por regimes de alta inflação, as receitas obtidas por meio da chamada arbitragem inflacionária do dinheiro, ou seja, aquelas relacionadas tanto aos ganhos inflacionários para os bancos a partir de suas carteiras comerciais quanto os rendimentos oriundos do *spread* na atividade de intermediação financeira tornam-se mais importantes na composição das receitas dos bancos por estarem diretamente relacionadas às taxas de inflação. No caso dos ganhos inflacionários a relação se dá com as taxas de inflação propriamente ditas enquanto que o aumento do *spread* na intermediação financeira é mais propriamente explicado por uma consequência dos regimes de alta inflação que é o aumento da instabilidade e, portanto, uma maior incerteza para os agentes que acaba influenciando tanto a volatilidade quanto a magnitude dos *spreads*.

---

<sup>3</sup> Esta seção foi baseada em PAULA (1997).

## 2.1 Fontes de receita

Em regimes de alta inflação se verifica o aumento de importância de algumas fontes de receita que, em situações de estabilidade econômica, não são essenciais para o funcionamento das empresas do setor. Se destacam entre elas as de caráter especulativo (arbitragem das taxas de juros), as de apropriação do *float* através do ganho inflacionário e as de caráter mais defensivo por parte dos bancos que são as relacionadas à precificação do crédito, diretamente relacionadas às expectativas quanto à inflação futura e quanto à estabilidade macroeconômica.

Os ganhos inflacionários também conhecidos como ganhos de *floating* ou ainda como ganhos de passivos sem encargos são os resultados da ação do aumento do nível de preços sobre os depósitos à vista menos os encaixes totais. Os depósitos à vista do público nos bancos não rendem juros nominais e, por esse motivo, estão desprotegidos dos efeitos de elevadas taxas de inflação enquanto que as taxas de aplicação desses recursos são evidentemente positivas ocasionando uma transferência de renda do setor não-bancário para o setor bancário. Contudo, os encaixes que os bancos precisam manter em suas mãos também não são remunerados estando, dessa forma, sujeitos à perda de poder aquisitivo devido à inflação. Por isso, parte dessa renda é transferida para as autoridades monetárias, o chamado imposto inflacionário. Assim, os ganhos obtidos pelos bancos com as transferências inflacionárias são ganhos de capital onde o poder aquisitivo de um passivo é reduzido pelo aumento do nível de preços. Nessas condições, um dos riscos característicos da atividade bancária, o risco de taxas de juros ou de mercado, isto é, a possibilidade de se obter um *spread* reduzido ou negativo nas operações de intermediação financeira torna-se nulo.

As receitas obtidas com o *spread* na intermediação financeira estão relacionadas ao diferencial verificado entre a taxa de captação de recursos e a taxa de aplicação. Como já foi dito anteriormente, esse processo apresenta o risco de taxas de juros e, em situações de alta instabilidade provocada por processos inflacionários tais riscos se intensificam provocando uma reação defensiva dos bancos. Por meio da adoção de rotinas, os bancos estipulam o preço do crédito tendo em vista o objetivo de evitar possíveis perdas futuras de capital devido à inflação. Nas situações em que as expectativas possam ser

consideradas normais em um regime de alta inflação, a precificação do crédito será determinada com base nas taxas passadas de inflação. Quando a incerteza na economia for muito alta, as decisões de preço tendem a ser baseadas sobre expectativas quanto ao futuro, tornando-se algo como um *mark-up* preventivo. Esse tipo de atitude adotada pelos bancos é a responsável pelo crescimento da importância dos ganhos com o *spread* na intermediação financeira dentro da estrutura de receitas das empresas do setor.

Uma terceira fonte de lucros em regimes de alta inflação é a arbitragem permanente entre as taxas de juros com títulos que, por meio do mecanismo de zeragem automática, permitiu que as instituições financeiras se tornassem altamente alavancadas.

O mecanismo de zeragem automática era na verdade um compromisso assumido pela autoridade monetária de nivelamento de reservas dos bancos. Os títulos públicos eram a contrapartida para os depósitos à vista dos clientes nos bancos como já foi dito anteriormente. Para os bancos, a situação ideal era onde a captação de recursos fosse máxima e, para tanto, os bancos adquiriam títulos públicos (quase-moedas) com o objetivo de atrair mais depósitos. No entanto, caso não existisse o mecanismo de zeragem automática, os bancos poderiam incorrer em alguns riscos. Se a oferta de recursos obtidos através de depósitos à vista fosse menor do que aquela esperada pelo banco, a instituição poderia enfrentar um problema de liquidez já que teria de arcar com recursos próprios a compra dos títulos. Por outro lado, caso a quantidade de depósitos à vista fosse maior que a expectativa dos bancos, estes incorreriam em um custo de oportunidade, pois deixaria de ganhar o diferencial entre a remuneração paga pelo título e àquela repassada aos clientes.

Com o mecanismo de zeragem automática, no caso em que os depósitos à vista ficassem abaixo do que havia sido esperado pelos bancos, o Banco Central recompraria esses títulos públicos e emitiria reservas para o banco que não negociou todos os títulos. Dessa forma, as instituições financeiras poderiam manter-se altamente alavancadas e, além disso, diminuir seus riscos de liquidez já que o Banco Central sempre recomprava os títulos que excedessem o montante de depósitos à vista. Isso explica porque os ganhos com títulos públicos respondem por parte da elevada rentabilidade do setor no período de alta inflação. Eles se constituíam para os bancos em

ativos de baixo risco devido ao mecanismo de zeragem automática, pois permitia manter sempre o nível dos encaixes totais o menor possível evitando, dessa forma, os efeitos da inflação, ao mesmo tempo que aumentava a captação.

O montante das transferências inflacionárias para os bancos pode ser visto na tabela 1.

TABELA 1

Transferências inflacionárias dos bancos com carteira comercial no Brasil - 1991/94

Ano	Inflação	Transferências Inflac. para os bancos privados (US\$ milhões)
1990	1476,6	4.008,7
91	480,2	3.381,1
92	1158	3.092,2
93	2708,6	3.750,4
94	1093,8	1.992,1*

Fonte: PAULA (1997); Conjuntura Econômica

\* Obs: apenas de Janeiro à Maio de 1994

Como se pode inferir dos resultados acima, os ganhos provenientes das transferências inflacionárias eram consideravelmente altos e, em 1993, o resultado dos 40 maiores bancos brasileiros apontava as receitas obtidas por meio do *floating* como responsáveis por 26,3% do total das receitas, logo atrás, portanto, das operações de crédito que nesse ano representaram 29,7% do total das receitas.

Como pôde ser visto, em regimes de alta inflação ocorre uma "redistribuição" da importância das diversas fontes de receitas no resultado dos bancos, ou seja, ganhos com determinadas atividades passam a responder, sob estas circunstâncias, por uma parcela substancial do total de receitas dessas empresas. Assim, verifica-se um movimento entre os bancos de tentar se aproveitar dessas novas oportunidades de ganhos, principalmente por meio da adoção de novas estratégias de atuação. No entanto, a oportunidade de ganhos com operações atípicas àquelas que podem ser observadas tradicionalmente na atividade bancária não são os únicos determinantes de alterações nas estratégias das empresas. A grande instabilidade decorrente da

inflação, por si só, provoca alterações nas estratégias fazendo com que sejam adotadas posturas mais defensivas e conservadoras no tratamento tanto do ativo quanto do passivo. Essas alterações serão analisadas a seguir.

## 2.2 Estratégias sob alta inflação

A crescente demanda por parte dos agentes por liquidez empurrou os bancos em um processo de criação de inovações financeiras que fossem ao encontro das exigências dos agentes de forma competitiva, em outras palavras, procurava-se não perder clientela, muito pelo contrário, tentava-se atrair mais clientes através de novos produtos financeiros que, ao mesmo tempo, garantissem aos clientes a proteção contra a inflação e, para os bancos, fossem lucrativos. Tais inovações somente foram possíveis porque existia um mecanismo sofisticado de indexação através dos títulos públicos como dito anteriormente. Assim, o que se verificou foi uma diversificação dos serviços oferecidos e a criação de novos processos relacionados aos sistemas de pagamento e às transferências eletrônicas de fundos<sup>4</sup>.

Esse novo posicionamento estratégico permitiu, ao menos para os grandes bancos varejistas, manter suas taxas de rentabilidade em um quadro de diminuição de receitas e aumento da concorrência, isto é, crescente divisão do *float* com o cliente que, por um lado representa uma diminuição das receitas mas, por outro lado, permite uma expansão da base de captação. Além disso, houve redução dos custos principalmente através da terceirização de certos serviços (segurança, alimentação, transporte de valores) e por meio da simplificação da estrutura administrativa (venda de ativos imobilizados, demissões).

Contudo, esse novo posicionamento estratégico dos bancos apresenta também um aspecto quantitativo além do aspecto qualitativo, isto é, a diversificação de produtos representa uma tentativa de se aumentar a base de captação por meio de diferentes tipos de clientes. O aspecto quantitativo diz respeito ao aumento da base de captação através do aumento do alcance da rede de agências e de serviços. Logo, pode-se observar a partir de 1980 e, principalmente, a partir de 1982 um aumento substancial no número de

---

<sup>4</sup> Para uma análise aprofundada sobre o assunto, ver MADI & MELETI (1995).

agências em funcionamento enquanto que o número de bancos permaneceu praticamente estável.

Um segundo aspecto relacionado às fontes de receita que influi nas estratégias bancárias em um regime de alta inflação é o fornecimento de crédito. Em um contexto de inflação elevada e, portanto, de grande incerteza e instabilidade as formas tradicionais de financiamento da economia perdem força devido ao elevado patamar das taxas de juros refletindo a grande incerteza. Ocorre, então, o surgimento de alternativas de financiamento onde os bancos passam a desempenhar, também, um papel de assessoria para gerenciamento de risco das empresas na tentativa de se alcançar uma estrutura de financiamento mais barata.

Pode-se observar um acirramento da concorrência na tentativa de se conquistar novos clientes tanto através do aumento da rede de atuação e de serviços quanto na disponibilidade de formas alternativas de financiamento. A adoção de posições mais cautelosas devido à grande incerteza será analisada a seguir.

### 2.3 Administração do ativo e passivo

Existem dois aspectos distintos na análise da administração do ativo e do passivo bancários em contextos de alta inflação. O primeiro aspecto é a relação entre ativo e passivo e o segundo é a diversificação patrimonial.

No primeiro caso se observa em um primeiro momento alterações no passivo que refletem a preferência dos agentes por liquidez. Dessa forma, o passivo dos bancos passa a ser composto principalmente de obrigações de curto prazo que reflete a demanda do público por quase-moedas. Contudo, essa alteração na estrutura do passivo tenderia a provocar um descasamento com o ativo caso este não sofresse mudanças, isto é, enquanto o passivo é caracterizado por obrigações de curto prazo o ativo é composto por operações de empréstimos de mais longo prazo aumentando, dessa forma, os riscos de crédito, liquidez e de juros devido à maior velocidade de giro das obrigações. Ou seja, os bancos também promovem alterações na composição de seus ativos. Ocorre uma redução dos prazos das aplicações assim como os empréstimos de médio e longo prazos tornam-se mais caros. Por esse motivo, o crédito torna-se extremamente caro diminuindo o número de transações

envolvendo empréstimos. Essa diminuição não representa um problema para os bancos em termos de perda de receitas já que, em alta inflação, a grande parcela dos ganhos é proveniente da apropriação das receitas do *floating*. Os recursos disponíveis em poder dos bancos que, em outras situações seriam canalizados para o crédito, são empregados na diversificação das aplicações.

A diversificação patrimonial<sup>5</sup> é um dos canais para o qual é direcionado o excesso de recursos e uma alternativa à grande instabilidade e incerteza no mercado financeiro. Os bancos realocam seus investimentos de longo prazo para a área não-financeira. Esse é um típico movimento decorrente de uma estratégia defensiva que objetiva, principalmente, reduzir a dependência das receitas características do regime de alta inflação mas que também tem em vista as limitações de crescimento do sistema financeiro, assim como alguns riscos inerentes a ambientes de alta inflação como um possível processo hiperinflacionário. Ou seja, a diversificação patrimonial consiste em um movimento para alterar a qualidade dos ativos tornando-os menos vulneráveis. A principal forma pela qual se realiza uma diversificação patrimonial é através da formação de uma carteira de ações composta por diversas empresas não-financeiras. Dessa forma, os bancos garantem uma rentabilidade menos vulnerável às oscilações do mercado financeiro, isto é, diminuem a vinculação entre seus resultados e o desempenho do sistema financeiro.

Concluindo, regimes de alta inflação interferem diretamente sobre o comportamento dos bancos, principalmente por promoverem alterações na distribuição dos pesos das diferentes fontes de receita do balanço das empresas do setor, podendo em última instância alterar a própria estrutura do mercado. Por um lado, a busca pela maximização das receitas aumenta a concorrência entre os bancos, expressa pela maior oferta de produtos aos clientes e pela expansão da rede de atendimento. Por outro lado, no entanto, a tentativa de se obter proteção contra a incerteza macroeconômica resulta em uma contração do crédito, por meio de elevadas taxas de juros e pela diversificação das aplicações de longo prazo.

---

<sup>5</sup> Para maiores detalhes sobre o assunto, ver MADI & MELETI (1995).

## 2.4 Efeitos sobre a estrutura setorial

Os principais impactos sobre a estrutura setorial são o sobredimensionamento do setor e a multiplicação do número de bancos. Quanto às funções desempenhadas pelos bancos, verifica-se uma diminuição das chamadas atividades tradicionais e um significativo aumento das operações especulativas. Além disso, os riscos existentes tradicionalmente na atividade bancária se reduzem, ou ainda, são largamente compensados pela alta rentabilidade diminuindo a seleção do mercado. Portanto, ocorre um aumento no número de instituições que atuam no mercado e um aumento ainda maior no alcance da rede de serviços e, se aprimora o fornecimento de quase-moedas em detrimento das atividades tradicionais dos bancos, particularmente o fornecimento de crédito, ou seja, ocorrem alterações na dinâmica do setor. A única ressalva a se fazer é que em alguns países que desenvolveram processos inflacionários mas, que por motivos relacionados às condições institucionais e ao grau de desenvolvimento de seus respectivos sistemas financeiros, não se desenvolveram as chamadas quase-moedas, tais como vistas no início do capítulo, e, dessa forma, a alta inflação pode acabar resultando em fuga de ativos financeiros levando à um processo de desintermediação financeira e de contração do setor.

## 3 A reforma financeira de 1988<sup>6</sup>

A reforma bancária de 1988 implantou duas leis que contribuíram para importantes alterações no setor bancário brasileiro. A criação do banco múltiplo permitiu a unificação das diferentes instituições de um mesmo conglomerado e a extinção da chamada carta patente permitiu maior flexibilidade na instalação de novos bancos. O banco múltiplo significou a construção de um aparato institucional que permitiu um tratamento legal compatível com a forma como as empresas se organizavam no mercado. Até então, sob a ótica legal, o mercado bancário brasileiro era um mercado segmentado, isto é, cada instituição financeira não poderia atuar com vários tipos de carteiras diferentes, ou seja, um banco comercial não poderia ter também uma carteira de investimento por exemplo. As empresas passaram então a se organizar na forma de

---

<sup>6</sup> Esta seção foi baseada em COSTA (1995).

conglomerados. Esses conglomerados geralmente eram encabeçados por um banco comercial e englobavam também banco de investimento, financeira, empresa de *leasing*, etc. O banco múltiplo permitiu a consolidação das empresas de um conglomerado em uma única instituição financeira que deveria ter pelo menos duas carteiras diferentes. O fim da carta patente desvinculou dos grupos de banqueiros nacionais que as detinham, a possibilidade de instalação de novos bancos no país. A partir de então, tem-se total liberdade para a criação de novas empresas bancárias observando-se, contudo, as outras exigências regulamentares do setor. O conjunto da reforma bancária promoveu um crescimento no número de novas instituições financeiras no país, como pode ser visto na tabela 2, e, conseqüentemente, um acirramento da concorrência.

TABELA 2

Dimensão do sistema bancário brasileiro e a taxa de inflação - 1989/94

Ano	Inflação	Número de bancos	Número de agências
1989	1782,9	179	16.016
90	1476,6	216	17.235
91	480,2	225	16.009
92	1158	234	15.895
93	2708,6	243	15.513
94	1093,8	244	16.302

Fonte: PAULA (1997); Conjuntura Econômica

Obs: Total de bancos e agências autorizadas e em funcionamento

Particularmente no ano de 1989, pode-se observar o aumento substancial no número de instituições financeiras e, principalmente, no número de agências que, durante os seis anos anteriores havia se estabilizado ao redor de 13.000 e 14.000 agências, em 89 salta para 16.000. Sem dúvida, tal aumento é parte explicado pelo grande crescimento da taxa de inflação e, também no caso do número de bancos, um fator de grande importância são as conseqüências da reforma bancária realizada no ano anterior.

O principal efeito provocado pela reforma sobre o sistema bancário no período foi o de criar condições que reforçaram ainda mais o movimento que vinha sendo observado. Ou seja, a busca por ampliação da base de captação de recursos com o intuito de se apropriar da máxima receita possível do *float* somente foi facilitada pela reforma financeira. A desvinculação dos bancos de

suas atividades tradicionais foi, de certa forma, incentivada pelas medidas implantadas através da reforma bancária.

#### 4 Conclusões

A conjugação dos efeitos de um contexto de alta inflação às alterações provenientes da reforma financeira de 1988 desencadearam um processo de ajuste no setor bancário que tinha como meta reduzir a dependência do *floating* e reduzir gastos através de aumentos de competitividade. Tal ajuste acabou se tornando estrutural norteando, dessa forma, a maneira de atuação dos bancos no período abordado.

O setor bancário brasileiro durante o período 1980-94 apresentou um padrão de rentabilidade acima daquele que se poderia esperar desse tipo de atividade. Os ganhos com o *floating*, principalmente através das chamadas transferências inflacionárias para os bancos, não foram de maneira nenhuma desprezíveis. Eles diminuíram a concentração que os ganhos com as operações de crédito apresentavam na composição das receitas dos bancos brasileiros. Com maior destaque para os bancos de maior porte que, no momento inicial já dispunham de considerável base de captação de recursos devido à maior abrangência de suas redes de serviços e de atendimento, verificou-se uma tentativa de se aproveitar todas as oportunidades oferecidas pela conjuntura econômica para a apropriação do *float*. Esse movimento contribuiu para o aumento verificado tanto no número de instituições financeiras em funcionamento quanto no número de agências. Outro fator importante para tal crescimento foi a reforma bancária de 1988 através, principalmente, da extinção da carta patente facilitando, dessa forma, a instalação de novas instituições no mercado brasileiro. Um segundo aspecto também influenciado pela reforma bancária foi o aumento da concorrência no setor. Os bancos passaram a procurar formas de redução de gastos e maximização de receitas, principalmente, através de ganhos de produtividade e de diversificação da estrutura das receitas.

O que se verificou foi um movimento consistente de ajuste baseado por um lado em processos de inovações financeiras e de automação bancária e, por outro lado, na redução da importância dos ganhos com o *floating* no total das receitas. Evidentemente, essa dinâmica observada no setor é uma

conjunção de fatores tanto econômicos quanto institucionais e ainda de fatores externos mas, sem dúvida, o desenvolvimento de um processo de alta inflação contribuiu de forma inegável para as alterações ocorridas dentro do setor no período.

### 3 A POLÍTICA MACROECONÔMICA DE ESTABILIZAÇÃO E SEUS EFEITOS SOBRE O SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

#### 1 Introdução

Neste capítulo será feita uma análise do sistema bancário brasileiro no período posterior à implementação do Plano Real, ou seja, em um ambiente macroeconômico caracterizado pela estabilidade de preços. Essa análise terá como referência as conclusões apresentadas no capítulo anterior para que os efeitos do Plano Real sobre o sistema bancário sejam identificados por meio da contraposição de duas situações distintas: inflação X estabilidade.

Quais foram as condições que se impuseram aos bancos nessa nova realidade e qual foi a forma de adaptação dessas empresas são os objetos deste capítulo.

Os efeitos da estabilidade de preços sobre o setor financeiro, principalmente sobre os bancos, em economias anteriormente caracterizadas por processos inflacionários já eram conhecidos pelo mercado e pelo governo em 1994, quando da implementação do Plano Real. Os bancos, já em 1986 com o Plano Cruzado, tiveram a oportunidade de vivenciar as consequências da queda da inflação. O ajuste realizado na época pavimentou, de certa forma, o caminho de transição para uma situação de estabilidade econômica. Evidentemente que com o retorno da inflação após o fracasso do Plano Cruzado, os bancos voltaram a concentrar seus esforços sobre os ganhos com o *float*, caracterizando a situação analisada no capítulo anterior. Contudo, o princípio do ajuste já estava assimilado, o que representou em 1994 uma vantagem. Pelo lado do governo, a experiência internacional de semelhantes planos de estabilização mostrava que tais planos fragilizavam os sistemas financeiros tornando-os suscetíveis à crises tanto devido à própria queda da inflação quanto por instabilidades em mercados financeiros internacionais, exigindo que os planos de estabilização fossem acompanhados por reestruturações no sistema financeiro<sup>7</sup>. Tendo essas considerações em mente,

---

<sup>7</sup> Para maiores detalhes sobre a experiência internacional em processos de reestruturação financeira, ver BRASIL (1996).

vejamos os efeitos mais detalhadamente da queda da inflação sobre os bancos.

A implementação do Plano Real<sup>8</sup> em Junho de 1994 trouxe à economia nacional uma inédita estabilidade de preços que repercutiu sobre a forma com que os bancos eram administrados. Até então, os bancos tinham toda sua estratégia de atuação baseada nos ganhos inflacionários, os quais sofreram uma grande redução, diminuindo sua participação relativa no total das receitas dessas empresas. A relação receita inflacionária e valor de produção<sup>9</sup> das instituições bancárias que em 1992 era de 41,9% caiu em 1994 para 20,4% e no ano seguinte foi praticamente nula<sup>10</sup>. Essa nova característica trazida pelo plano de estabilização provocou uma “mudança de estratégia” brusca e profunda no horizonte de atuação dos bancos. O lucro que até então tinha no *float* seu principal componente agora era resultado da atuação conjunta em várias frentes. As operações de crédito que não desempenhavam papel de grande importância no contexto de alta inflação, passam a responder por parcela substancial do total das receitas. Além disso, a busca por reduções de custos e a busca por maior eficiência tornaram-se os pontos fundamentais a serem alcançados pelos bancos. É importante salientar que tais alterações representaram uma mudança na natureza da competição existente no setor. É errônea a idéia de que sob alta inflação a concorrência entre os bancos é desprezível. Ela existe mas, os ganhos fáceis oriundos da alta inflação serviam como retaguarda em muitos casos para problemas de gestão nessas empresas. Situação esta que logo veio à tona em um cenário de estabilidade de preços onde as empresas não tinham mais a rede de proteção dos ganhos com o *floating*. A fragilização do setor, daí decorrente, exigiu sua reestruturação que foi levada adiante tendo a experiência internacional de reformulações financeiras em períodos pós-planos de estabilização como modelo. A linha de atuação adotada pelo governo brasileiro está baseada na crença de que uma forma eficiente de promover-se o fortalecimento do setor financeiro nacional é por meio de uma abertura à concorrência estrangeira.

---

<sup>8</sup> Para uma discussão sobre o Plano Real, ver MERCADANTE (1997).

<sup>9</sup> Valor de produção – valor dos bens e serviços produzidos no processo produtivo, no caso do setor financeiro é o valor dos serviços prestados.

<sup>10</sup> Ver BRASIL (1997).

Uruguai, na década de 80, e México e Argentina mais recentemente foram economias que diante de crises bancárias permitiram uma abertura financeira<sup>11</sup>. No Brasil, foi flexibilizado o estabelecimento de instituições financeiras estrangeiras e o crescimento daquelas que já estavam instaladas no país.

A estabilidade econômica e a abertura financeira, colocaram, principalmente o setor bancário, em uma posição incômoda. Ao mesmo tempo em que os bancos viam suas receitas caírem e passavam a procurar um ajuste, eram pressionados pela entrada de novos participantes no mercado que se caracterizavam por seu gigantismo. Somente entre o início de 94 e final de 96, seis diferentes bancos estrangeiros tiveram permissão para adquirir instituições nacionais. Dentre eles, cinco figuravam entre os 200 maiores bancos do mundo pelo *ranking* da *Euromoney* em junho de 98. A forma como se deu a entrada desses novos participantes e as implicações criadas serão analisadas nos capítulos seguintes.

As alterações provocadas pelo Plano Real no sistema bancário serão vistas a seguir através da observação de dados fundamentais relacionados à atividade bancária abrangendo o período 1993 – 97. As novas condições observadas a partir daí serão analisadas sob duas óticas distintas. Por um lado será ressaltado o aumento da importância das operações de crédito para a rentabilidade bancária e, por outro lado, será destacado o aumento da concorrência entendido como a conjugação de vários fatores secundários que no agregado influenciam a eficiência dos bancos. Tendo essa visão das novas condições impostas ao setor será destacada a crise vivida pelo setor como consequência das empresas que não lograram adaptar-se à nova natureza da concorrência. A partir daí, será visto o movimento de ajuste tanto por parte das próprias empresas, quanto pela intervenção do governo federal por meio do PROER. Por fim, será desenhado um panorama do setor bancário em 1996/97.

## 2 O setor bancário pós-Plano Real

Nesta seção tentaremos identificar as alterações provocadas pelo Plano Real sobre o sistema bancário por meio da observação de alguns dados

---

<sup>11</sup> Ver CARVALHO (1997).

básicos sobre o setor<sup>12</sup>. O período de abrangência se estenderá de 1993, no qual a economia ainda se encontrava em uma situação de alta inflação, passando pela implementação do Plano Real em 1994 e, alcançando o ano de 1997. No período pós-Plano Real optamos por estender a análise sobre dados dos três anos subsequentes com o intuito de garantir que todos os aspectos da mudança no setor seriam percebidos já que um ano é um prazo muito curto para a magnitude das mudanças envolvidas nesse processo.

O plano de estabilização tem provocado muitas mudanças na estrutura do sistema financeiro nacional e, em especial, no sistema bancário. Entre as fontes de receita, provavelmente apenas as operações com títulos públicos mostraram-se importantes tanto em situações de alta quanto de baixa inflação. Como pode ser visto no gráfico 1, a participação das operações com títulos permanece desde meados de 93 próxima ao patamar de 30% do total das receitas. Particularmente, no período posterior ao plano de estabilização, a política de juros altos praticada pelo governo para conter o déficit foi a responsável pelo ótimo resultado das operações com títulos. Por outro lado, os ganhos com o *floating* sofreram grande redução devido à meta de inflação baixa fazendo com que os bancos fossem impelidos a perseguir novas fontes de receita. Não por acaso, o fornecimento de crédito mostrou-se, aparentemente, o substituto perfeito pois com a inflação baixa presenciou-se uma onda consumista devido ao aumento do poder de compra da população onde o crédito era o protagonista principal. Como pode ser visto no Anexo 1, o ano de 1994 apresentou um crescimento elevado dos depósitos bancários, assim como das operações de crédito. Vale ressaltar também que o aumento das operações de crédito excederam àquele verificado nos depósitos, ou seja, os bancos assumiram posições mais arriscadas. A relação depósitos/ativos que em 1994 apresenta grande alta começa a declinar a partir do ano seguinte chegando em 1996 à um patamar muito semelhante àquele verificado no último ano de alta inflação sem, no entanto, ser acompanhado de perto pelo volume de operações de crédito, ou seja, os bancos optaram por manter uma posição

---

<sup>12</sup> Os indicadores são a variação real dos depósitos, a variação real do volume das operações de crédito, a rentabilidade do patrimônio por lucro líquido, a relação depósitos/ativos e a relação operações de crédito/depósitos. A amostra é composta das 25 maiores instituições privadas no ano de 1993 pelo critério de ativos totais – ver anexo 1 (os dados brutos da amostra podem ser vistos no anexo 2).

agressiva o que pode ser constatado na pequena variação verificada na relação operações de crédito/depósitos. No ano seguinte, essa tendência continua como pode ser visto no aumento mais que proporcional das operações de crédito com relação ao crescimento no volume de depósitos.

A rentabilidade dos bancos, no ano de 94, em geral apresentou uma queda mas, ainda assim, ela permaneceu em um patamar satisfatório. Durante esse período, 93 – 96, a rentabilidade mostrou-se nos primeiros três anos declinante. A partir de 1996, a rentabilidade tem um novo impulso principalmente entre os cinco maiores bancos. Em 97 não sofre grandes oscilações permanecendo em um patamar elevado.

O resultado verificado no período não foi somente devido ao crédito. O aumento das receitas oriundas das operações de crédito foi acompanhado pelo crescimento das receitas geradas pela cobrança de tarifas sobre os serviços prestados. Essa fonte de receita, de pouca importância anteriormente, no primeiro semestre de 1996 resultou em ganhos da ordem de US\$ 2,48 bilhões e, um ano depois, de US\$ 2,68 bilhões. O maior banco privado brasileiro, o Bradesco, teve um crescimento no período de 1995 a 97 de 52,4% nas suas receitas de prestação de serviços. O segundo no *ranking*, o Itaú, no mesmo período apresentou um aumento ainda maior, de 101,8%<sup>13</sup>. No entanto, é importante ressaltar que o espaço que havia para ser ocupado com relação às tarifas sobre serviços prestados esgotou-se. Ou seja, a expectativa é que tais receitas apresentem um crescimento pequeno acompanhando apenas o aumento natural da atividade bancária.

TABELA 3  
Dimensão do setor bancário

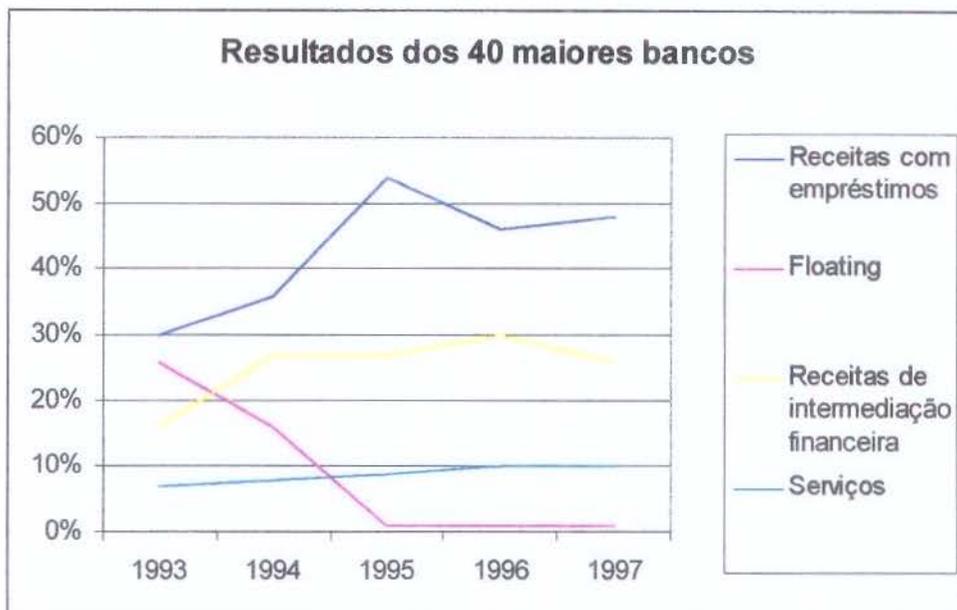
	1993	1994	1995	1996	1997
Sedes	245	246	246	240	211
Agências	17194	17434	17342	17182	-
Postos de Atendimento	13326	14488	15058	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil; Ernest & Young

<sup>13</sup> Os valores para os três maiores bancos privados nacionais podem ser vistos no anexo 3.

O ajuste decorrente do plano de estabilização sobre a composição da receita dos bancos pode ser visto no gráfico 1.

GRÁFICO 1



Fonte: Austin Asis

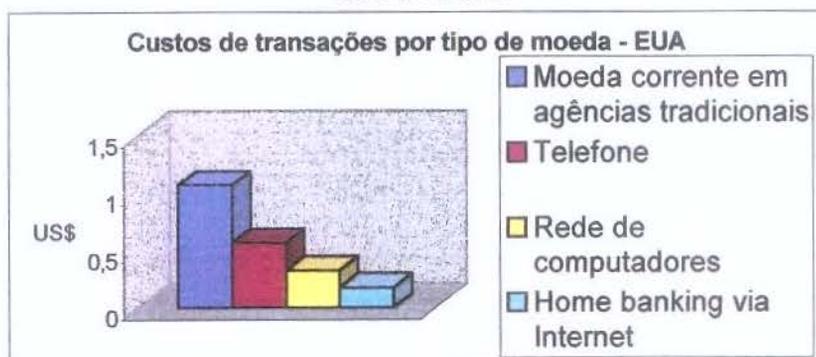
Com a estabilização, novas estratégias de atuação foram exigidas dos bancos para que a rentabilidade pudesse ser sustentada. Uma dessas novas estratégias teve lugar na alteração da composição das receitas, como foi visto. Uma segunda estratégia adotada foi a de cortes de custos. Sob esse aspecto, pudemos observar um movimento de redução do número de agências simultaneamente à um aumento do número de postos de atendimento (tabela 3). Os postos de atendimento que se utilizam de uma estrutura muito menos complexa e, portanto, muito menos custosa desempenham várias funções de uma agência tradicional. Ou seja, há redução de custos mas sem que isso implique em um encolhimento de sua penetração no mercado. Esse movimento foi um dos responsáveis pela redução no número de empregos gerados pelo setor. A passagem de 1994 para 95 já foi marcada pela redução dos gastos com pessoal, uma diminuição de aproximadamente 0,4% somente entre os bancos privados (CYSNE & COSTA, 1997). Entre 1995 e 96, foi verificada uma

redução de 68 mil funcionários, sendo 22.950 dessas dispensas no setor privado<sup>14</sup>.

Ainda sob a ótica de redução de custos, um dos fatores principais tem sido o atendimento "virtual", inicialmente através do telefone, depois através dos computadores (*home banking*) e finalmente através da Internet.

Os custos para os bancos das transações variam muito conforme o modo com que são realizadas. As operações realizadas nas agências têm um custo muito superior àquelas realizadas através do telefone e, as transações realizadas pela Internet têm um custo ínfimo quando comparadas às transações tradicionais (agências). Tal possibilidade de custos menores aliado à facilidade maior de se importar equipamentos eletrônicos impulsionaram um movimento de automação nos bancos na direção de aumentar a quantidade de transações eletrônicas. Os bancos têm feito investimentos pesados tanto em equipamentos quanto no desenvolvimento de seus sistemas para aumentar a quantidade de transações eletrônicas que, em 1994 representavam apenas 19% do total das operações. O maior banco brasileiro, o Bradesco, investiu R\$ 1,1 milhão para colocar na Internet seu próprio *site*, permitindo a realização de movimentações financeiras através do computador. Nos Estados Unidos, por exemplo, uma transação em agências convencionais tem um custo de US\$ 1,075 enquanto a mesma transação por meio da Internet tem um custo de US\$ 0,18 e, no Brasil, essa situação se repete com as transações digitais sendo muito mais baratas para os bancos que as operações tradicionais.

GRÁFICO 2



Fonte: Conjuntura Econômica. Set. 1998

<sup>14</sup> Ver BRASIL (1997).

A conjugação de fatores como o aumento do volume de operações de crédito, o aumento de receitas provenientes de tarifas sobre os serviços prestados e, por outro lado, redução de despesas seja através do corte de funcionários, seja pela crescente automação tornou-se a característica básica do sistema bancário brasileiro. Característica essa bastante próxima daquela encontrada em outros sistemas bancários, ou seja, rentabilidade comparativamente inferior àquela característica de ambientes de alta inflação e competição forte entre as empresas visando sempre ganhos de eficiência.

Porém, não foram todas as empresas que conseguiram atender às novas exigências do mercado. Entre os grandes bancos de varejo, a incapacidade de acompanhar as mudanças resultou em algumas incorporações e, em alguns casos, em falências, as quais resultaram em processos de saneamento e posterior transferência de controle. Entre os bancos de menor porte, verificou-se uma tendência às fusões e às incorporações, principalmente, devido às perspectivas do novo tipo de concorrência – estabilidade e abertura financeira, diferenciando-se da situação entre os bancos de grande porte onde a possibilidade de concorrência estrangeira não se mostrava tão crítica devido à penetração que esses grandes bancos tinham no mercado, o que garantia, ao menos inicialmente, certa vantagem.

### 3 A crise do setor bancário

Crises no sistema financeiro, principalmente com quebras sucessivas de bancos, são seguidas por processos de falências em outros setores já que os bancos são responsáveis pela maioria das relações de débito/crédito de uma economia. No Brasil, após a implementação do Plano Real, o governo esforçou-se em fortalecer o sistema bancário antevendo os problemas que a passagem para um cenário de estabilidade iria acarretar, tendo em vista experiências semelhantes de fragilidade do setor bancário verificadas em tentativas de estabilização econômica de outros países com processos inflacionários.

A expansão das operações de crédito verificada no período pós-Plano Real foi acompanhada por um movimento paralelo de aumento da

vulnerabilidade das empresas do setor refletido no crescimento dos empréstimos de liquidação duvidosa (tabela 4). Como pode ser visto, os empréstimos em atraso sofrem uma aceleração maior a partir de 1995 que a verificada no volume total de empréstimos e, em meados de 1996 eles praticamente estabilizam-se. Parte da responsabilidade desse movimento é sem dúvida de um possível “atrofiamento” do setor de gestão de risco de crédito dos bancos causado pelo longo período inflacionário. Com a explosão da demanda por crédito após o Plano Real esse setor dos bancos (gestão de risco de crédito) defrontou-se com um volume de operações maior que sua capacidade de análise. Nessa circunstância, observou-se um crescimento forte da inadimplência. Contudo, há de se reconhecer que a economia brasileira atravessava um período adverso. Com um crescente déficit, o governo era forçado a praticar uma política de elevadas taxas de juros penalizando a economia e, conseqüentemente, agravando a situação do setor financeiro devido ao aumento da inadimplência.

**TABELA 4**  
Empréstimos do sistema financeiro (dados em milhões de R\$)

Períodos	Pessoas físicas			Total		
	Total	Atraso*	%	Total	Atraso*	%
2º sem. 1994**	55.971	2.310	4,12	757.140	59.886	7,90
1º sem. 1995	93.863	7.330	7,81	1.327.231	114.064	8,59
2º sem 1995	93.605	16.127	17,23	1.375.705	174.256	12,67
1º sem. 1996	94.804	20.333	21,45	1.547.567	221.746	14,33
2º sem. 1996	118.678	19.698	16,60	1.665.435	248.092	14,90
1º sem. 1997	162.505	23.552	14,49	1.821.823	283.701	15,57

Fonte: Boletim do Banco Central. Fev. 1998.

\* Créditos em atraso e em liquidação

\*\* Somente de Set. a Dez.

Além disso, o Plano Real também notabilizava-se por uma abertura do mercado brasileiro que significou para os bancos, em muitos casos, a

incapacidade de recuperação de empréstimos concedidos pois muitas empresas, com baixos índices de eficiência fruto do longo período de proteção comercial, não tiveram condições de concorrer com as empresas estrangeiras. No ano de 1995, as operações de crédito retraíram-se, assim como a rentabilidade teve uma pequena redução. Já no final de 95, os primeiros reflexos da estabilização foram sentidos com a venda do banco Nacional que apresentava problemas financeiros<sup>15</sup>. No ano seguinte, outros bancos de grande porte também foram incorporados (Econômico, Banorte, Multiplic). Contudo, entre aqueles que continuaram financeiramente saudáveis, pode-se perceber que seus respectivos graus de exposição nas operações de crédito continuaram em níveis bem maiores do que aqueles verificados em 1993.

O crescimento da inadimplência perdurou por aproximadamente dois anos e, a partir de 1996, ocorre uma inflexão no seu nível. A partir desse momento o provisionamento a esses créditos já era adequado sanando parte do problema. Entretanto, nesse momento as operações de crédito já haviam deixado de responder pela mesma parcela das receitas pelas quais elas haviam sido responsáveis logo após a implementação do Plano Real.

Mas, não foram todas as empresas que tiveram a oportunidade de rever suas políticas de concessão de crédito. A crise de inadimplência não foi passageira e muito menos restrita. A situação foi grave e causou preocupação no governo. Muitos bancos simplesmente não suportaram o elevado nível de inadimplência ou, ainda, não foram capazes de atender as novas exigências do mercado impostas pelo plano de estabilização. Aquelas instituições que se tornaram “reféns” das receitas oriundas das operações de crédito para sobreviverem no mercado, isto é, os bancos que não foram capazes de aumentar sua eficiência acabaram quebrando. Muitas dessas falências converteram-se em aquisições ou fusões promovendo uma diminuição do setor tal qual um processo de “seleção natural”.

Esse movimento foi reforçado por uma peculiaridade do plano de estabilização que foi a abertura do mercado, ou seja, estimulou-se a entrada de novas instituições estrangeiras e o crescimento das que já estavam instaladas. Como pode ser visto na tabela a seguir, o número de

---

<sup>15</sup> Uma relação detalhada das operações de fusões, incorporações e associações pode ser vista no anexo 4.

incorporações/associações tem uma grande alta com o máximo no ano de 1996.

Porém, ao contrário do que se poderia esperar, não houve um aumento da concentração dos negócios devido à redução do número de instituições atuando no mercado. A parcela do total de ativos dos bancos comerciais e múltiplos correspondente às 30 maiores instituições sofre uma redução passando de 85,5% para 83%, entre 94 e 96, enquanto que o grupo situado entre os 30 e 100 maiores bancos passaram de 13% para 15,5% do total de ativos<sup>16</sup>.

TABELA 5  
Fusões, incorporações ou associações\*

Ano	Incorporações / associações	Bancos estrangeiros
1994	9	2
1995	4	-
1996	22	5
1997	18	10
1998	14	5

Fonte: Elaboração própria através de recortes de jornais e revistas  
Até jun. 1998

A iminência de uma crise bancária no país levou o governo a adotar algumas medidas com o objetivo de assegurar a saúde do sistema financeiro nacional<sup>17</sup>. Dentre as medidas destacam-se a que estabeleceu incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras, reafirmando o movimento já visto, deixando o mercado para as empresas mais capacitadas e a instituição do Programa de Estimulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – PROER. Além disso, foram adotadas medidas que aumentaram o poder de intervenção do Banco Central nas instituições financeiras com o intuito de aumentar a fiscalização do mercado.

É importante observar que as alterações na legislação se iniciaram em 1995 mas ainda em 1997 foram feitas mudanças o que ressalta ainda mais a gravidade da instabilidade do setor financeiro. Contudo, sem dúvida, a medida

<sup>16</sup> Ver CONJUNTURA ECONÔMICA (Dez/97).

<sup>17</sup> Para maiores detalhes sobre as medidas adotadas, ver BARROS & ALMEIDA Jr. (1997).

mais importante para restaurar a estabilidade do sistema financeiro foi a instituição do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, o PROER que será descrito a seguir.

A funcionalidade principal do PROER é a de ordenar a fusão e incorporação de bancos segundo regras definidas pelo Banco Central, de forma que os depositantes fiquem assegurados. A sustentação legal ao PROER foi dada pela Medida Provisória nº 1.182 de 17/11/95. Ela criou o conceito de responsabilidade solidária dos controladores para as instituições financeiras sob regime de intervenção ou liquidação extrajudicial, o que já existia anteriormente para os casos de Regime de Administração Especial Temporária (RAET). Nos casos de insuficiência patrimonial ou financeira, poderá ser realizada a capitalização da empresa e posteriormente ela poderá sofrer transferência do controle acionário, fusão, incorporação ou cisão. Nos casos de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime de administração especial temporária, o Banco Central tem autonomia para autorizar o interventor a prosseguir para a reorganização societária. Dessa forma, o Banco Central passa a dispor de um instrumental que permite a ação preventiva e recuperadora das instituições financeiras viabilizando reorganizações administrativas, operacionais e societárias de instituições.

**TABELA 6**  
Venda de bancos com recursos do PROER

<b>Regime</b>	<b>Operação</b>
Bancos em intervenção	Venda de parcela dos ativos e passivos para:
Banco Econômico	Banco Excel e Caixa Econômica*
Banco Nacional	Banco Unibanco
Banco Mercantil de PE	Banco Rural
Banco BANORTE	Banco Bandeirantes
Bancos que não estavam em intervenção	Transferência de controle acionário para:
Banco United	Banco Antônio Queiroz
Banco Martinelli	Banco Pontual

Fonte: Banco Central

\* Apenas a carteira imobiliária

#### 4 Conclusões

O Plano Real traduziu-se para o sistema bancário na necessidade de um ajuste estrutural que proporcionasse para os bancos independência das receitas inflacionárias que, até então, sustentavam o padrão de rentabilidade das empresas do setor. Até 1996, as operações de crédito desempenharam o papel de sustentáculo da alta rentabilidade das empresas. A partir desse momento a fragilidade financeira dos bancos torna-se incômoda devido à grande quantidade de créditos em atraso e em liquidação e essa fonte de receita perde sua capacidade de sustentar uma estrutura setorial característica do período de alta inflação, ou seja, novamente a rentabilidade das empresas é atingida, dessa vez, pela necessidade crescente de provisionamento dos créditos e pela impossibilidade de se aumentar sua quantidade sem incorrer em custos elevados. Com o aumento da percepção de uma crise bancária que poderia acabar por decretar o fracasso do plano através de quebras sucessivas no sistema financeiro, o governo adotou várias medidas e alterações na legislação que permitissem que aqueles bancos com dificuldades pudessem ser socorridos sem que fossem causados danos ao restante do sistema financeiro. Essas medidas ainda hoje são motivos de críticas contra o governo devido ao montante de recursos gastos no salvamento dessas empresas. Até 1996 já haviam sido liberados empréstimos por meio do PROER no valor de R\$ 20,8 bilhões além de uma capitalização do Banco do Brasil de R\$ 8 bilhões.

A crescente fragilidade das instituições financeiras, a venda dos bancos em dificuldades com recursos do PROER e as privatizações de vários bancos estatais provocaram um encolhimento no número de instituições no setor.

As instituições que lograram permanecer no mercado sem problemas financeiros realizaram ajustes para se adaptarem ao novo ambiente de baixas taxas de inflação. Inicialmente através de uma brutal expansão do crédito e, posteriormente por meio do crescimento das receitas com prestação de serviços e redução dos custos. O corte nos gastos resultou em uma relação inversa entre o número de agências (diminuiu) e o número de postos de atendimento (aumentou), ligeira diminuição no número de empregos gerados e em maior automação (transações eletrônicas).

A estabilização econômica provocou uma redução no número de empresas do setor sem, no entanto, reduzir sua capilaridade. Os grandes

bancos de varejo apresentaram problemas sendo saneados pelo governo e repassados para outras instituições tanto nacionais quanto estrangeiras. Aqueles que conseguiram se adaptar às novas condições se caracterizam principalmente por apresentarem uma tecnologia bancária avançada e redutora de custos.

## 4 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO NACIONAL

### 1 Introdução

A internacionalização do sistema bancário nacional deve ser entendida como parte de um movimento maior, a flexibilização dos fluxos de capitais que, por sua vez, é resultado do processo de globalização financeira.

O fenômeno da globalização representa o aumento da interdependência entre as economias locais devido à crescimentos nos fluxos de comércio, de investimentos e de tecnologia. Ou seja, há uma acelerada internacionalização e um acirramento da concorrência.

Essa situação, evidentemente é desfavorável às economias subdesenvolvidas, já que elas não têm maturidade econômica suficiente para concorrer competitivamente com as economias centrais.

No Brasil e no restante da América Latina, a situação apresenta-se com grande força devido à nossa proximidade com os Estados Unidos, o que nos coloca diretamente sob sua influência.

No contexto de nossa pesquisa, o aspecto mais relevante desse processo é o relacionado ao sistema financeiro internacional. O grande inter-relacionamento dos diversos mercados, permite que recursos sejam realocados rapidamente. Ou seja, os fluxos de capitais internacionais apresentam grande volatilidade.

Em economias frágeis, como a brasileira, a grande volatilidade é um fator complicador, pois essas economias apresentam problemas crônicos de déficits no balanço de pagamentos. Um realocamento de recursos que implique em grande saída de capitais, reflete-se no estrangulamento do balanço de pagamentos. Para evitar situações dessa natureza, as economias da região procuram formas de atrair os recursos externos. Uma dessas formas, é a flexibilização financeira e, a flexibilização do mercado bancário.

O processo de internacionalização do setor bancário brasileiro será analisado neste capítulo, inicialmente, através de uma observação das alterações ocorridas na legislação brasileira que permitiram a flexibilização do mercado financeiro destacando as novas oportunidades de negócios criadas para as instituições estrangeiras. Na seção subsequente, será analisada a

estratégia utilizada pelos bancos estrangeiros tanto de atuação dentro do mercado brasileiro quanto a de internacionalização tendo a América Latina como objetivo.

## 2 Legislação

A distinção entre banco nacional e banco estrangeiro foi formulada pela primeira vez na Constituição de 1934, com o objetivo de progressivamente nacionalizar todas as instituições financeiras. Na Constituição de 1937 foi formalizada a proibição de empresas financeiras estrangeiras atuarem no mercado brasileiro. Segundo um dos artigos da Constituição, somente aqueles bancos pertencentes à cidadãos brasileiros teriam permissão para atuar no país. Todas as instituições estrangeiras que já estivessem em operação teriam de ser vendidas (nacionalizadas) em um período razoável de tempo. Contudo, em 1941 e 42, os bancos americanos e canadenses, respectivamente, foram desobrigados de cumprir a lei. Posteriormente, o benefício foi estendido a outros bancos estrangeiros. O posicionamento liberal quanto ao sistema financeiro foi confirmado pela Constituição de 1946 que, voltou a permitir o funcionamento de bancos estrangeiros no país.

Somente em 1964 ocorreria uma nova mudança de orientação com relação ao sistema financeiro. A reforma do setor promovida pelo governo militar definiu que a operação de instituições financeiras estrangeiras no país seria condicionada à prévia aprovação do Banco Central e do Presidente da República. Essas novas restrições foram confirmadas na Constituição de 1988. A participação estrangeira no setor financeiro somente poderia aumentar em casos específicos: se tal aumento fosse considerado de interesse nacional; por acordos de reciprocidade com outros países; por acordos internacionais. Essas regras tornaram-se uma forte barreira para a entrada de novos bancos estrangeiros no país, quer seja direta ou indiretamente por meio da aquisição de participações nos bancos nacionais. Além disso, os bancos estrangeiros que já operavam no país também foram afetados. A expansão da rede de agências somente podia ser realizada com a autorização do Banco Central o que, na prática, mostrava-se difícil dos bancos estrangeiros obterem.

O acesso ao mercado financeiro brasileiro somente foi reaberto após a implementação do Plano Real dentro de um contexto de liberalização dos

fluxos de capitais que teve início na primeira metade da década de 90<sup>18</sup>. Na verdade, a permissão de entrada de novos bancos estrangeiros não tinha grande importância quando considerada a grande regulamentação existente quanto à liberdade de investimento do capital externo no mercado brasileiro. Tal regulamentação, herdada da década anterior, tinha o objetivo de combater a fuga em massa de capitais ocorrida na crise da dívida no continente.

A liberalização teve como objetivo atrair fluxos de capitais internacionais. Ela foi baseada na alteração das regras que disciplinavam os investimentos estrangeiros no país. Sofreram alterações os aspectos relacionados aos empréstimos externos, ao investimento estrangeiro em portfólio, ao investimento direto estrangeiro, às privatizações e às concessões de serviços públicos.

A legislação responsável pela captação de empréstimos externos foi reelaborada para que incorporasse operações de captação encontradas no mercado financeiro internacional desde meados dos anos 80, ou seja, promoveu-se uma atualização da legislação para que tanto empresas quanto instituições financeiras interessadas em captar empréstimos no exterior pudessem lançar mão dos instrumentos mais apropriados para tanto.

No âmbito das instituições financeiras, a principal alteração ocorreu nas operações de captação de empréstimos externos com fins de repasse a tomadores domésticos. O Banco Central permitiu a emissão de títulos nos mercados financeiros internacionais e o posterior repasse dos recursos internamente. As autorizações abrangeram a emissão de *commercial papers*, de bônus e de *notes*. Os repasses realizados aos setores agropecuário, de financiamento mobiliário e à empresas exportadoras foram incentivados pelo governo através da redução das exigências de prazo mínimo de amortização e de tributação.

Quanto à captação de empréstimos por empresas não financeiras vale destacar dois instrumentos regulamentados em meados dos anos 90. A securitização de exportações, por meio da emissão de títulos garantidos pela empresa na forma de receitas obtidas com exportações, permitiu maior acesso ao crédito para essas empresas já que os juros eram mais baixos e os prazos

---

<sup>18</sup> Ver MARGARIDO (1997).

mais longos devido ao baixo risco desses títulos. O segundo mecanismo de captação de empréstimos pelas empresas foi a emissão de títulos conversíveis em ações.

Essas novas operações de captação regulamentadas pelo Banco Central foram acompanhadas de incentivos tributários para aumentar, ainda mais, a atratividade para os capitais internacionais. A emissão de *commercial papers*, *bônus* e *notes* foram isentas do Imposto de Renda e, o prazo mínimo de amortização dos empréstimos, para que o tomador tivesse acesso à esses benefícios fiscais, foi reduzido de dez para cinco anos.

Além desses incentivos, foram permitidas às empresas e às instituições financeiras a realização de operações de *hedge* no exterior, ao mesmo tempo, em que foi flexibilizada a emissão de títulos.

Quanto ao investimento estrangeiro em portfólio, foram criados quatro novos canais de operação. Os Fundos de Privatização – Capital Estrangeiro permitiam a aplicação de recursos em ações de empresas privatizadas pelo Programa Nacional de Desestatização (PND). A segunda forma de captação de recursos externos foi através da regulamentação das Carteiras de Investidores Institucionais Estrangeiros, que marcou a abertura do mercado de capitais brasileiro ao investidor estrangeiro de portfólio<sup>19</sup>. Também conhecidas como Anexo IV, essas operações não estavam sujeitas às exigências de prazos mínimos de permanência dos recursos no país e dos critérios de diversificação da carteira. Além disso, foram regulamentados, também, os chamados *Depository Receipts* (DRs), conhecidos ainda como Anexo V, que permitiam que empresas instaladas no país pudessem emitir e vender ações nos mercados financeiros internacionais. O último instrumento de investimento estrangeiro em portfólio regulamentado foram os Fundos de Renda Fixa – Capital Estrangeiro que permitiam a aplicação de recursos externos em renda fixa, principalmente títulos públicos.

Além dos quatro instrumentos citados, foram tomadas também algumas outras medidas quanto ao investimento estrangeiro em portfólio. Foram flexibilizados as Sociedades (Anexo I) e os Fundos de Investimento abertos e fechados (Anexos II e III). Essa flexibilização significou a eliminação do prazo

---

<sup>19</sup> Ver MARGARIDO (1997). p. 63.

mínimo de permanência de noventa dias para os recursos investidos por meio dos Anexos I e II e, o fim dos critérios de diversificação existentes nos três anexos.

Por fim, o investimento direto estrangeiro também foi incentivado por meio de alterações na legislação tanto relacionada à operação de filiais de empresas estrangeiras no país<sup>20</sup> quanto ao programa de privatizações e de concessões de serviços públicos. Neste segundo aspecto, a questão mais importante é sua ligação ao Programa Nacional de Desestatização através da diminuição das restrições à participação do capital estrangeiro nas privatizações e à sua atuação em setores limitados à atuação do Estado e/ou do capital privado nacional.

Os itens mencionados acima tornaram o mercado brasileiro interessante para os bancos estrangeiros, principalmente, por eles poderem intermediar muitos dos negócios envolvendo esses aspectos. As empresas brasileiras que antes não tinham acesso ao mercado de crédito internacional passam a ter oportunidades de captação no exterior, onde os bancos estrangeiros têm grande vantagem sobre os nacionais por suas ligações e seu conhecimento do mercado internacional. Além disso, as associações e participações de empresas estrangeiras com as empresas nacionais assim como as privatizações e concessões de serviços públicos também mostraram-se bastante vantajosas aos bancos estrangeiros pelos mesmos motivos anteriores.

Sob o ponto de vista do governo, a flexibilização financeira, incluída aí a liberalização do setor bancário, beneficiaria, por um lado, as empresas brasileiras que teriam maior acesso ao mercado internacional e serviria aos propósitos do plano de estabilização de conter a inflação; por outro lado, fortaleceria o sistema financeiro que se encontrava fragilizado com a queda das receitas inflacionárias e mostrava-se como uma oportunidade de reduzir os prejuízos causados pelos processos de liquidação de diversas instituições desencadeados pela diminuição da inflação. Não foi necessária nenhuma alteração na lei, além daquelas ocorridas na Reforma Bancária de 1988, para

---

<sup>20</sup> Uma discussão sobre as alterações nos aspectos administrativos e tributários da operação de empresas estrangeiras no Brasil, pode ser visto em MARGARIDO (1997). p. 76-78.

se flexibilizar as regras, já que o governo utilizou o argumento de que a abertura traria benefícios para o mercado enquadrando, dessa forma, as permissões no caso de interesse nacional.

A entrada ou o aumento do capital externo no setor esteve ligada, no primeiro momento, ao saneamento do sistema financeiro nacional. A permissão do governo somente seria concedida se a empresa pretendente comprasse créditos de instituições em processo de liquidação, o que configurou o chamado *pedágio*. Até o final de 1998, segundo o Banco Central, o montante de recursos proveniente do pedágio era da ordem de R\$ 280 milhões.

No entanto, a posição do Banco Central de vincular a entrada de bancos estrangeiros aos bancos em dificuldades sofreu uma alteração com a negociação do Banco Real. Até então, a entrada de estrangeiros no varejo brasileiro estava fortemente ligada ao saneamento do sistema, caso da compra do Bamerindus pelo inglês HSBC. A venda do Real para o ABN-AMRO marca uma nova mudança na regulamentação do sistema financeiro nacional. Aparentemente, o caminho a ser seguido será o de liberalização incondicional do setor. O então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, quando da negociação do Banco Real, afirmou que não existe razão para reserva de mercado na atividade bancária (O Globo, 10/8/98).

O passo seguinte na flexibilização do setor é o processo de privatização dos bancos estaduais, no qual, os bancos estrangeiros estão autorizados a participar. O governo tem atuado por meio do Banco Central para concretizar a redução da participação do Estado no setor bancário. O socorro aos bancos estaduais, está sendo condicionado à federalização automática da instituição, ao final de determinado período. A partir daí, o banco ficará a disposição da União que poderá vendê-lo e utilizar o dinheiro proveniente da transação para abater as dívidas do estado. A participação dos bancos estaduais no total do sistema financeiro, considerando-se o volume de captações, tem se reduzido sistematicamente. Em 1996, essa participação correspondia a aproximadamente 20% do mercado bancário. Ao final de 1998, esse número estava em torno de 8% (Gazeta Mercantil).

Tendo claro o posicionamento do governo, veremos na seção seguinte as principais estratégias, tanto de estabelecimento quanto de concorrência com

os bancos nacionais, empregadas pelos bancos estrangeiros no mercado brasileiro.

### 3 A estratégia dos bancos estrangeiros

A estratégia utilizada pelos bancos estrangeiros para se estabelecerem no Brasil pode ser separada em duas vertentes distintas: uma estratégia que tem a visão macroeconômica como base, tanto dos mercados de origem quanto das perspectivas do mercado brasileiro e, uma segunda tendo os aspectos microeconômicos como centro (formas de atuação no mercado). Ambas são importantes para nossa análise. A primeira delas nos permitirá identificar algumas tendências atuais do sistema financeiro internacional e a trajetória futura de expansão do sistema bancário brasileiro, enquanto que a segunda categoria de estratégia apontará alguns dos problemas que os bancos domésticos encontrarão na concorrência com as instituições estrangeiras.

Os diversos planos de estabilização colocados em ação na América Latina na última década têm transformado a região em um mercado bastante lucrativo para os bancos internacionais. Verificou-se um grande movimento de investimentos nos diversos países da região. Nesse processo, o Brasil foi, talvez, um dos últimos a participar.

Quando da liberalização do sistema bancário brasileiro, o país era um dos poucos países onde o setor era praticamente exclusividade das empresas nacionais em contraste, por exemplo, com o mercado bancário argentino onde a situação é totalmente contrária à verificada aqui. Na Argentina, após um processo de liberalização financeira semelhante ao brasileiro, o sistema bancário passou a ser composto, quase na sua totalidade, de empresas estrangeiras que adquiriram ou se associaram aos bancos domésticos. Atua no mercado argentino inclusive um banco brasileiro, o Banco Itaú, que adquiriu o controle de uma instituição local e, crescentemente, vem solidificando sua participação no mercado. É importante salientar, no entanto, que o projeto neoliberal posto em prática na Argentina não difere daquele visto hoje no Brasil. Ou seja, o mercado argentino não é estruturalmente diferente do mercado brasileiro. Talvez, a maior diferença entre os dois, e os demais mercados da região, seja, simplesmente, uma questão de tempo. Onde a globalização manifestou seus efeitos rapidamente, maior é o grau de

internacionalização. Essa é uma afirmação factível, já que, até os anos 80, as políticas de desenvolvimento levadas a cabo pelos países latino-americanos baseavam-se, em sua maioria, no chamado Estado Desenvolvimentista que, pode ser caracterizado, a grosso modo, como tipicamente intervencionista e protecionista, tornando, dessa forma, os mercados estruturalmente semelhantes às vésperas do projeto liberal.

Nesse contexto, o mercado bancário brasileiro tornou-se referência às empresas estrangeiras que tinham como estratégia básica um posicionamento forte na América Latina, principalmente devido ao seu tamanho, à sua perspectiva de crescimento e por ser o maior membro do Mercosul. As operações no Brasil serviram como centro para a atuação em todo o continente, apesar de implantadas posteriormente.

Essa estratégia pode ter ganho ainda mais força com os movimentos recentes verificados no mercado bancário internacional. Em Abril de 1998, o anúncio da fusão do Citicorp com o Travelers Group criou, até então, o maior grupo financeiro do mundo com ativos de 700 bilhões de dólares. Imediatamente após, mais duas grandes fusões foram anunciadas. O NationsBank e o Bank-America anunciaram também sua fusão, formando o segundo maior grupo financeiro americano e, o Bank One e o First Chicago também uniram-se formando a quarta maior instituição americana. Curiosamente, a maioria das operações de fusões têm ocorrido no mercado americano, provavelmente pelo fato de seu mercado interno ser extremamente importante para suas instituições financeiras.

A tendência das mega-fusões tem feito com que os bancos de porte médio-grande procurem novos mercados. Notadamente, os bancos europeus são os mais atingidos já que eles passaram a enfrentar grupos gigantes e, além disso, a unificação da moeda na Comunidade Européia está sendo acompanhada pela expectativa de redução de espaços considerados tradicionais, como o das operações de câmbio.

Aqui, cabe uma distinção entre os dois tipos de bancos estrangeiros que passaram a operar no país já que eles atuam em segmentos diferentes de mercado. As permissões concedidas pelo Banco Central e pelo Executivo permitiram o ingresso tanto de grandes bancos de varejo quanto dos bancos de negócios. Inicialmente, a forma característica pela qual as instituições

estrangeiras tiveram acesso ao mercado nacional foi por meio do programa de reestruturação do sistema financeiro, no qual, bancos com problemas tinham o controle transferido, em muitas das vezes, para mãos estrangeiras. Contudo, logo a abertura do mercado tornou-se autônoma.

No segmento de atacado, o mercado brasileiro era caracterizado pela presença de bancos de médio e pequeno porte, e saudáveis financeiramente. Essas empresas, diante de um quadro desfavorável de queda das receitas inflacionárias e da perspectiva de concorrência com instituições estrangeiras passaram a procurar fusões, tanto com outros bancos brasileiros quanto com estrangeiros, e, principalmente, transferências de controle. Ou seja, apesar dos bancos que originalmente estavam operando no mercado ainda continuem, quer seja em associação com outra empresa quer sob controle diferente, pode-se verificar que os empresários nacionais retiraram-se do mercado. Esse movimento tornou-se a principal porta de entrada para as instituições estrangeiras que visavam atuar na área de *corporate finance*. A principal motivação dos bancos estrangeiros nesse segmento de mercado era o de desempenharem um papel de intermediários entre as empresas brasileiras e o mercado financeiro internacional. A reentrada das empresas brasileiras no fluxo de capitais internacional representou uma grande vantagem para as instituições estrangeiras devido ao seu maior conhecimento desses mercados. Além disso, outra estratégia utilizada pelos bancos estrangeiros foi participar agressivamente de um novo movimento de negócios criado pelo grande número de fusões e aquisições nos diversos setores da economia. Aqui, essas instituições utilizam-se de sua larga experiência internacional em processos semelhantes e, também, de sua reputação para sobrepujar os concorrentes nacionais. É importante salientar que a atuação dos bancos estrangeiros não apresenta grandes diferenças àquele papel que era desempenhado pelas instituições nacionais. A especificidade é a ligação que essas empresas conseguem estabelecer com o mercado internacional, muito superior ao que os bancos domésticos são capazes.

Na tabela a seguir, estão relacionadas operações envolvendo instituições estrangeiras.

TABELA 7

Fusões e aquisições (compradores estrangeiros) – bancos de investimento e de atuação predominantemente de atacado

<b>Comprador</b>	<b>Origem</b>	<b>Instituição local</b>	<b>Data</b>
CS First Boston	Estados Unidos	Banco Garantia	Jun. 98
Mellon Bank Corp.	Estados Unidos	Banco Brascan	Fev. 98
Nikko Securities	Japão	Banco Marka*	Fev. 98
Crefisul e Socimer	Suíça	Milbanco	Fev. 98
Wachovia Corporation	Estados Unidos	Bco. Português do Atl.-Br.	Dez. 97
Swiss Bank	Suíça	Omega	Nov. 97
AIG Costumer Fin. Group	Estados Unidos	Banco Fenícia	Jul. 97
Morgan Greenfell	Estados Unidos	BIG – Irmãos Guimarães	Abr. 97
Lloyds Bank	Inglaterra	Losango	Fev. 97
Societe Generale	França	Banco Sogeral	Jan. 97
Lloyds Bank	Inglaterra	Multiplic	Out. 96
Dresdner Bank	Alemanha	Grupo Monteiro Aranha	Jan. 94

\* Somente a área de gestão de ativos.

Fonte: Através de jornais e revistas

No segmento de varejo, a trajetória foi bastante semelhante à do atacado. O HSBC, o primeiro banco estrangeiro a adquirir o controle de um grande banco nacional de varejo, o fez através do programa de reestruturação do sistema financeiro. O Bamerindus enfrentava problemas financeiros sendo absorvido pelo HSBC. Posteriormente, com a maior flexibilização proporcionada pelo governo, as instituições estrangeiras passaram a ingressar no varejo através do aumento de capital, para aquelas que já estavam instaladas no país, ou pela aquisição de empresas nacionais financeiramente saudáveis (Banco Noroeste, Banco Real, etc.). As principais operações envolvendo bancos estrangeiros no segmento de varejo estão na tabela 8.

TABELA 8

Fusões e aquisições (compradores estrangeiros) – bancos de atuação predominantemente de varejo

<b>Comprador</b>	<b>Origem</b>	<b>Instituição local</b>	<b>Data</b>
ABN AMRO	Holanda	Banco Real	Jul. 98
Bilbao Viscaya	Espanha	Excel Econômico	Mai 98
Caixa Geral de Depósitos	Portugal	Bandeirantes	Jan. 98
Santander	Espanha	Noroeste	Ago. 97
HSBC	Inglaterra	Bamerindus	Mar. 97

Fonte: Através de jornais e revistas

Observando-se as tabelas anteriores, pode-se verificar que a maioria das operações estrangeiras envolvem bancos de origem européia. Além disso, um segundo aspecto mostra-se importante. As operações envolvendo os bancos estrangeiros são, também, muitas vezes relacionadas à bancos nacionais de atacado. Essas observações nos permitem algumas conclusões.

A grande revolução no mercado bancário brasileiro tem ocorrido no segmento de atacado. Ocorreu um forte movimento de consolidação nesse segmento, como resposta à abertura do mercado. Não coincidentemente, foi aí que se concentraram as investidas das instituições estrangeiras (Tabela 7).

Essa observação nos leva a uma segunda dedução. O mercado de origem dessas instituições estrangeiras apresenta-se saturado ou está sofrendo um processo de alterações estruturais, ou seja, os requisitos de atuação estão aumentando devido à qualidade dos participantes. A falta de escala, nesse caso, estaria deslocando esses bancos para mercados de segunda linha. Essas conclusões podem, ainda, ser estendidas para os bancos estrangeiros de varejo, principalmente o segundo aspecto, já que essas instituições provavelmente estão sendo deslocadas pelas corporações resultantes dos processos de mega-fusões.

Nessa situação, talvez o caso mais evidente seja o dos bancos espanhóis.

Os dois maiores bancos da Espanha, o Banco Santander e o Banco Bilbao Vizcaya têm adotado uma postura agressiva de investimentos na região. O Santander atualmente é o segundo maior banco estrangeiro atuante na América Latina. Os investimentos na região somaram cerca de US\$ 5 bilhões e a instituição controla no continente dez bancos comerciais e oito bancos de investimentos. O Bilbao Vizcaya, o 42º maior banco do mundo segundo o *ranking* da *Euromoney* (1998), já investiu na América Latina US\$ 2,5 bilhões. Esses são bancos que encontraram uma concorrência maior em seus mercados de origem e adotaram a expansão internacional como compensação pela perda de espaço. É importante salientar, que tais instituições estão sendo "empurradas" para mercados de segunda linha, caso da América Latina, já que os mercados americano e europeu, estão caracterizando-se por abrigarem os gigantescos grupos financeiros resultantes do recente movimento de fusões.

Quanto às especificidades do mercado brasileiro, alguns aspectos são os pontos mais atrativos do sistema financeiro nacional para as instituições estrangeiras.

Apesar do grande poder de mercado dos bancos nacionais, fruto de anos de mercado protegido, existem traços de ineficiência operacional no mercado, abrindo oportunidades competitivas para novas empresas. Como pode ser visto na tabela 9, a relação custo operacional e receitas totais no caso brasileiro apresentou, no período 1994 – 96, uma trajetória não favorável, chegando, no final do período, as despesas operacionais representarem quase a totalidade das receitas das empresas do setor. No ano seguinte, o quadro melhorou mas, ainda assim, o Brasil apresentava índices piores que os de Argentina, Chile e México. Esse é um indicador claro de baixa eficiência dos bancos nacionais em um ambiente de estabilidade macroeconômica. O relatório anual do Banco de Compensações Internacionais (BIS) de 1996, apresenta, para o Brasil, uma relação entre custo operacional e ativos totais do setor bancário de 8,5% enquanto que a média dos países asiáticos presentes na amostra era de 2,5%, dos Estados Unidos de 3,7%, do Japão de 0,8% e da Alemanha igual à 1,1%.

TABELA 9  
Despesas operacionais como proporção das receitas (bancos selecionados)

	1994	1995	1996	1997
Argentina	71,2%	61,2%	59,9%	66,8%
Brasil	71,8%	74,3%	92,9%	85,3%
Chile	90,9%	67,3%	66,0%	63,4%
México	55,4%	49,7%	59,6%	78,5%

Fonte: Salomon Smith Barney

Outro indicador da baixa eficiência dos bancos nacionais é o número de clientes por agência. O Brasil tem cerca de 1950 clientes para cada agência bancária, número maior que o da Coréia (1600). No entanto, quando contados também os postos de atendimento, esse número cai para cerca de 1300 pessoas, bastante inferior ao apresentado pela Holanda, quase que o dobro, 2500 pessoas por agência. Além disso, a média de contas por cliente

bancarizado no Brasil é de 0,8 (1996) para um número de 1,6 (1994) nos Estados Unidos (BANCO HOJE, Fev. 1999).

TABELA 10  
Número de clientes por agência

Holanda	2500
EUA	2350
Brasil	1950
Coréia	1600
Brasil (incluindo PABs)	1300

Fonte: McKinsey

Os bancos nacionais além dos problemas de baixa eficiência em determinados aspectos quando comparados aos bancos estrangeiros, também apresentam um outro problema mas, dessa vez, relacionado ao alto grau de eficiência do seu sistema de pagamento. Uma herança do período de alta inflação, foi realizado através de um maciço investimento em tecnologia e, conseqüentemente, resultando em elevados custos que, em uma economia de baixa inflação, torna-se desnecessário.

Essas questões, sem dúvida, representaram estímulos adicionais para as instituições estrangeiras resultando na grande movimentação observada no setor.

Quanto à atuação dos bancos estrangeiros no mercado nacional, pode-se destacar uma estratégia agressiva de disponibilizar várias inovações. A principal alteração promovida por esses bancos é a implementação no Brasil de uma estrutura operacional mais enxuta. A experiência do mercado internacional, caracterizado por elevada concorrência e lucros reduzidos, produziu uma estrutura eficiente e, conseqüentemente, menos custosa que dos bancos nacionais. As agências bancárias que implicam em investimento imobiliários, equipamentos, segurança, etc. são dimensionadas no Brasil tendo em média 25 funcionários, enquanto que nos mercados estrangeiros esse número é de 9 funcionários. Acompanhando a racionalização da estrutura está o uso intensivo da eletrônica voltado para o cliente individual e a diversificação

de produtos e serviços. Esse é um caminho que já vinha sendo seguido pelos bancos nacionais mas, que agora, ganha ainda mais força.

A resultante dos aspectos discutidos até o momento é a crescente participação estrangeira entre os maiores bancos brasileiros. Uma comparação entre o *ranking* dos dez maiores bancos no país em 1994 e em 1997, pode ser vista na tabela a seguir.

TABELA 11  
Os dez maiores bancos no país

1994			1997		
Instituições	Ativo Total*	Part. do mercado (%)	Instituições	Ativo Total*	Part. do mercado (%)
Banco do Brasil	86,10	21,71	Banco do Brasil	78,5	22,4
CEF	60,43	15,24	Bradesco	32,6	9,3
Bradesco	21,64	5,46	Itaú	30	7,7
Itaú	16,49	4,16	Unibanco	21,9	6,2
Bamerindus	15,16	3,82	Real	13,6	3,9
Nacional	13,07	3,3	BCN	13,2	3,7
Unibanco	12,5	3,15	Banrisul	9,8	2,8
Econômico	8,87	2,24	CCF/Brasil	9,7	2,7
Real	8,77	2,21	Safrá	9	2,5
BCN	8,23	2,08	Sudameris	7,3	2

\* Em bilhões de R\$

Fonte: Austin Asis

Em 1994, entre os dez maiores bancos, todos eram brasileiros. Em 1997, já aparecem duas instituições estrangeiras ocupando a oitava e a décima posições, respondendo, somente esses dois bancos, por cerca de 4,7% do mercado brasileiro. O *ranking* em Junho de 1998 pode ser visto na tabela 12.

Entre os vinte maiores bancos que operam no Brasil, sete são instituições estrangeiras. Além disso, todos os bancos estrangeiros atuando no mercado nacional respondem por cerca de 28,40% do total de ativos (gráfico 3).

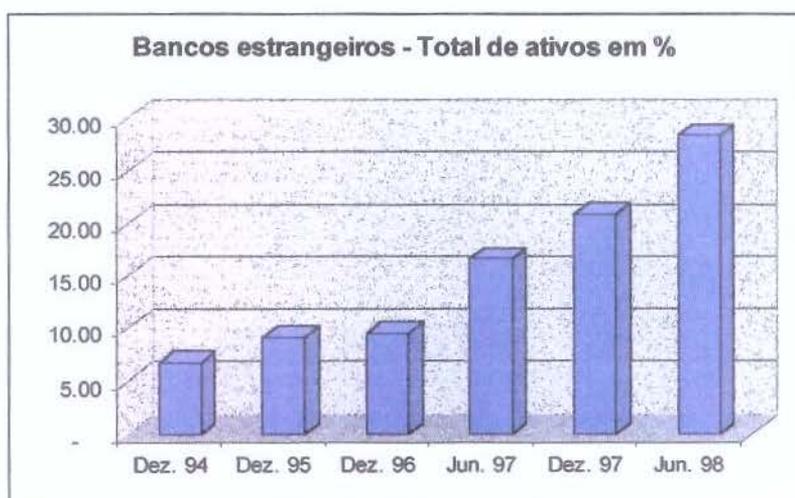
TABELA 12

Os vinte maiores bancos no país (Jun. 98)

Instituição	Ativo Total (R\$)
CEF	111.603.523
Banco do Brasil	106.943.289
Banespa	57.838.374
Bradesco	42.332.411
Itaú	36.205.075
Unibanco	24.674.820
Real	18.782.816
Safra	13.622.658
BCN	13.598.362
Nossa Caixa	13.087.357
HSBC Bamerindus	13.031.661
Bozano, Simonsen	12.395.270
Banrisul	11.944.731
Excel Econômico	11.385.392
CCF	9.289.536
Sudameris	8.151.178
Meridional	7.459.911
BBA Creditanstalt	6.447.278
Citibank	5.625.504
Santander Noroeste	5.543.550

Fonte: Gazeta Mercantil

GRÁFICO 3



Fonte: Banco Hoje, Fev. 1999

Considerando-se apenas os vinte maiores bancos, a participação dos bancos estrangeiros no total de ativos salta para, aproximadamente, 40% do total, demonstração inequívoca da internacionalização do setor bancário

brasileiro. Assim como ocorre grande aumento, na participação dos bancos estrangeiros, quanto ao total de ativos no setor, com relação às operações de crédito o crescimento da parcela referente às instituições estrangeiras também é substancial. Em 1995, somente 6,5% do total de operações de crédito realizadas no setor bancário tinham origem em instituições estrangeiras. Já em 1998, 15,1% do total referia-se aos bancos internacionais. A participação desses bancos no lucro líquido do sistema financeiro também aumentou. Em um período de quatro anos, essas empresas lograram aumentar sua parcela quanto ao lucro líquido em mais de 3%. Por fim, o patrimônio líquido dessas instituições quase dobrou no período 1995-98. Saindo de um patamar de 10,5% do patrimônio líquido total do sistema financeiro em 1995, os bancos estrangeiros, em 1998, já haviam aumentado esse número para 20%<sup>21</sup>.

#### 4 Conclusões

O mercado financeiro brasileiro e de outros países latino americanos sempre foram vistos, pela comunidade internacional, desempenhando um papel apenas marginal. Principalmente, a extrema instabilidade característica das economias da região aliada, em muitos casos, à grandes obstáculos ao capital estrangeiro na forma de dura regulamentação, mantiveram afastadas do mercado as instituições estrangeiras. Recentemente, os diversos planos de estabilização colocados em prática na região, calcados em uma ideologia liberal, transformaram o antigo cenário, tornando esses mercados mais atrativos às empresas estrangeiras. Posteriormente, as crises financeiras ocorridas no Sudeste Asiático, principal mercado até então para as instituições financeiras internacionais, proporcionaram um estímulo adicional para os investimentos na América Latina.

O processo de internacionalização do sistema bancário brasileiro foi posto em prática sem que, no entanto, fossem realizadas mudanças na lei que regulamenta o funcionamento do setor. A flexibilização se deu baseada no argumento de que seria de interesse nacional. No caso, seria relevante para o país permitir o ingresso de instituições financeiras já que o sistema financeiro nacional estava fragilizado em consequência do plano de estabilização. As

---

<sup>21</sup> Os dados completos podem ser vistos no anexo 5.

empresas estrangeiras capitalizariam o sistema tornando-o mais sólido e, por outro lado, a maior concorrência e, conseqüentemente, eficiência beneficiaria os consumidores.

Contudo, somente a flexibilização quanto à operação de instituições estrangeiras no país não era suficiente para que estas efetivamente ingressassem no mercado. Foram necessárias alterações na regulamentação dos fluxos de capitais internacionais no Brasil. Estes passaram a ter maiores liberdades tanto de entrada quanto de saída.

A liberalização financeira encontrou um mercado internacional favorável para seu sucesso. O recente movimento de fusões no sistema financeiro internacional criando gigantescos grupos financeiros juntamente com a unificação monetária européia têm diminuído os espaços de muitos bancos em seus mercados de origem. Esses bancos, na sua maioria médio-grandes, têm procurado os mercados dos países em desenvolvimento. No caso brasileiro, a situação foi ainda mais favorável devido à várias coincidências. O Brasil era um dos últimos países latino americanos a manter seu sistema financeiro fechado aos estrangeiros, portanto, no momento em que se deu a abertura os outros mercados da região já tinham sido ocupados, aumentando o interesse pelo Brasil. Além disso, o mercado doméstico apresenta grandes perspectivas de crescimento aliadas à baixa eficiência dos bancos nacionais, fruto de vários anos de inflação alta e de reserva de mercado.

As instituições que ingressaram ocuparam diversos espaços do mercado. No atacado, a principal estratégia de atuação tem sido a de fornecer ligação entre as empresas brasileiras e os mercados financeiros internacionais de crédito. No segmento de varejo, o grande diferencial é a implementação de uma estrutura operacional diversa da tradicionalmente existente no país. Tenta-se por em funcionamento uma estrutura mais enxuta que reduza custos. Além disso, busca-se aumentar a participação no mercado através da conquista dos clientes individuais por meio da diversificação de produtos e serviços.

## 5 O SISTEMA BANCÁRIO E A NOVA CONCORRÊNCIA

### 1 Introdução

O objetivo deste capítulo é o de verificar a ocorrência ou não de alguma alteração no comportamento das instituições financeiras no mercado brasileiro, principalmente quanto ao relacionamento com os clientes e a exploração de novas oportunidades de negócios.

Foram vistas no capítulo anterior, as estratégias utilizadas pelos bancos estrangeiros para ingressarem no mercado nacional. Agora, observaremos como essas estratégias influenciaram o sistema bancário, em termos de direcionamento de atuação, explorando a separação entre o segmento de varejo e o de atacado, e o surgimento de novos serviços e produtos.

### 2 Direções de atuação

A abertura do sistema bancário brasileiro atraiu tanto bancos de atuação no segmento de varejo quanto instituições que atuavam no setor atacadista, os chamados bancos de negócios. Devido à essa heterogeneidade dos ingressantes, torna-se necessário para nossa análise separá-la, também, nesses dois aspectos.

As instituições de atuação no segmento de atacado são, devido às próprias peculiaridades desse nicho de mercado, de pequeno porte quando comparadas aos bancos de varejo. No Brasil, essa característica é, ainda mais, pronunciada devido à reserva de mercado vigente até recentemente pois, com ela, os bancos nacionais tinham pouca ou nenhuma preocupação em ganhar escala.

Hoje, com a abertura do setor, observou-se a entrada de grupos atacadistas que, mesmo internacionalmente, são considerados de grande porte. Ou seja, a maioria dos bancos nacionais não tinha, simplesmente, tamanho suficiente para sobreviver nas novas condições do mercado.

Esse pode ser considerado o fato gerador do primeiro movimento consistente de alteração de estratégia entre os bancos de negócios. A nova direção adotada foi, evidentemente, a de associações entre as empresas do setor, isto é, entre bancos brasileiros e, associações com empresas

estrangeiras. Vale dizer que, as associações entre os bancos nacionais e os estrangeiros às quais fez-se referência aqui, são operações em que o controle da instituição pela contraparte brasileira não foi descaracterizada, isto é, não houve transferência de controle. Diferente, portanto, do que foi visto no capítulo anterior (fusões). Esse segmento do mercado bancário brasileiro, quando da reserva de mercado, era caracterizado pela grande quantidade de empresas atuando, ou seja, era bastante pulverizado. O ingresso das instituições estrangeiras trouxe um elemento extra de concorrência que impôs uma reestruturação do setor através da consolidação e, conseqüentemente, do aproveitamento das vantagens provenientes do ganho de escala. Contudo, essa não foi a única dimensão da reestruturação das empresas do setor. As instituições estrangeiras que ingressaram no mercado trouxeram novas estratégias de atuação, diferentes daquelas tradicionalmente colocadas em prática pelos bancos brasileiros, que imediatamente foram adotadas pelas outras empresas do setor.

Dentro desse mercado, o nicho que mais tem chamado a atenção dos bancos tem sido o de gestão terceirizada de empresas. A prestação de serviços de assessoria em fusões e aquisições não apresenta uma rentabilidade tão alta quanto a atuação em reestruturação de empresas. Apesar dos contratos de gestão variarem de acordo com as especificidades de cada empresa, é comum que os gestores financeiros tenham uma participação nos resultados alcançados pela empresa. Geralmente, são estabelecidas metas que, quando alcançadas, são revertidas em pagamento de taxas para o gestor. No Banco Pactual, em 1995, 11% de sua receita total foi proveniente dos negócios de assessoria para venda de participação, enquanto que os contratos de gestão terceirizada responderam por 15% da receita (Gazeta Mercantil, Fev.96).

Também no mercado de fusões e aquisições, algumas instituições participam como investidores. Ou seja, os bancos compram participações minoritárias significativas, tendo em vista um horizonte de atuação de longo prazo, isto é, o investimento é de caráter financeiro com um futuro resgate valorizado, mas em prazos mais longos.

Esse tipo de atuação/investimento é feito por meio da constituição de *holdings* que, em muitos casos, não pertencem aos bancos, mas aos sócios como pessoas físicas.

Outra divisão do segmento de atacado que tem atraído os bancos estrangeiros é a área de administração de recursos de terceiros, principalmente os investidores institucionais. Essas instituições introduziram algumas inovações nesse tipo de operação, tais como os métodos de análise quantitativa de administração de recursos (cálculo de riscos para o mercado e para as companhias, acompanhamento de fatos que possam afetar os setores e as empresas).

Diante dessas alterações ocorridas no mercado e da necessidade de concorrer com empresas internacionais de porte muito maior, algumas instituições atacadistas brasileiras têm fortalecido suas posições através da operação em outros países. A expansão além das fronteiras nacionais limita-se aos países sul-americanos, principalmente à Argentina. A atuação nesses mercados, no entanto, está totalmente voltada para desempenhar o papel de retaguarda das operações realizadas no mercado brasileiro.

Tal perfil de atuação visa, por exemplo, canalizar recursos para compras e fusões de empresas brasileiras e para fundos de investimentos no Brasil. Um dos mais importantes participantes nesse segmento de mercado, o Banco Bozano, Simonsen, adotou essa estratégia de atuação em meados de 1997, inicialmente pelo mercado argentino.

Quanto ao segmento varejista, o ingresso de participantes estrangeiros foi acompanhado pela introdução de alguns novos produtos e, principalmente, novas formas de administração. No entanto, a grande alteração nesse mercado foi proporcionada pelo reposicionamento dos bancos brasileiros face à concorrência com as instituições estrangeiras.

As estratégias de atuação dos bancos nacionais se ampliaram, na tentativa de fortalecerem-se. Assim como entre os bancos de atacado, o mercado de fusões têm-se mostrado lucrativo, também entre os grandes bancos de varejo, os quais o estão adotando como uma nova opção de investimento. O pioneiro na disputa por essas oportunidades de negócios foi o Bradesco, que já em 1996, dirigia cerca de 20 operações de fusão ou incorporação de empresas (O Globo, Abr.96).

Especificamente no caso do Bradesco, grande parte dessas operações envolviam bancos nas duas pontas do negócio, ou seja, eram operações de vendas de bancos. A instituição que faz a intermediação do negócio, geralmente atua, para uma das empresas, como credor ou como conselheiro em processos de reestruturação de dívidas, e posteriormente, estrutura a venda das instituições. Alguns dos negócios intermediados pelo Bradesco foram a compra do Banco Battistella pelo Banco Dibens, a compra do Banco Antônio de Queiroz pelo Banco United e a venda do Digibanco para o Banco Pontual.

Novamente, como também pode ser verificado entre os bancos de negócios, as instituições nacionais de atuação no varejo estão começando a se internacionalizar, principalmente para os países que integram o Mercosul (Argentina, Paraguai, Uruguai). Os investimentos direcionados ao exterior, vão desde a instalação de escritórios de representação até a de agências.

Existe abundância de oportunidades de bons negócios (ativos de qualidade – baixo risco de inadimplência) e os *spreads* apresentam-se em um patamar razoável, cerca de 1% a 2%.

Bancos como o Bradesco, estão seguindo o caminho trilhado no exterior por Itaú e Real. O banco Real, mesmo antes de ser vendido para o ABN AMRO, já adotava uma postura agressiva de expansão internacional. As agências no Mercosul, Chile e Bolívia apresentaram na primeira metade de 1997, um crescimento no valor das operações de 66% sobre igual período do ano anterior (Folha de São Paulo, Jul.97). Em 1996, as agências espalhadas no exterior foram responsáveis por 25% do lucro da instituição, ou cerca de R\$ 330 milhões. O Itaú tem limitado-se a expandir suas operações apenas no mercado Argentino. Atuando em Buenos Aires, durante o período 84-95, com apenas uma agência, o Itaú aumentou sua participação no mercado por meio da abertura de 21 novas agências em meados de 95. Além disso, o Itaú é o banco líder no mercado argentino em número de caixas automáticos.

Uma estratégia que passou a ser agressivamente explorada pelos bancos de varejo, tanto nacionais quanto estrangeiros, foi a diversificação de serviços e produtos, não só para seus correntistas como, muitas vezes, para não-correntistas.

No final de 1998, foram iniciados os primeiros testes com os chamados *smart cards*, também conhecidos como dinheiro eletrônico. Basicamente, os *smart cards* se assemelham com os tradicionais cartões bancários. A diferença é que estes cartões podem ser “carregados” com a quantia que o cliente desejar sacar de sua conta bancária. O cartão seria utilizado para compras em estabelecimentos credenciados para receber o pagamento.

O Bradesco iniciou as experiências apenas com alguns correntistas enquanto que a Visa do Brasil em conjunto com 16 instituições começou a implementar seu sistema na cidade de Campinas, interior de São Paulo.

Entre os cartões de crédito, a novidade foi o *OpenCard* do HSBC Bamerindus. O *OpenCard* é um cartão de crédito internacional, tanto Mastercard quanto Visa, que tem como público alvo o consumidor de baixa renda e que não é correntista do banco. O fornecimento do serviço está condicionado à abertura de uma caderneta de poupança no banco, como garantia, e ao pagamento de uma anuidade. O limite de crédito disponível corresponde à 80% do valor depositado na poupança.

O HSBC Bamerindus passou a oferecer, também, um novo produto para seus clientes no segmento de cartões de crédito. O *Transfer Balance* permite que as dívidas dos cartões de crédito de outros bancos sejam transferidas para o cartão de crédito HSBC Bamerindus.

Outra grande fonte de novidades entre os bancos tem sido os sistemas de *home banking*. Inicialmente, baseados em softwares prioritários, isto é, cada instituição desenvolvia suas próprias ferramentas de comunicação, estes sistemas têm, cada vez mais, integrado-se à Internet. Praticamente, todas as instituições têm uma home page, onde o cliente pode realizar operações. Especialmente para os bancos nacionais, os computadores e a Internet têm-se mostrados uma forma barata de se conquistar novos clientes e, dessa maneira, ganhar escala para combater a concorrência dos bancos estrangeiros.

Para atrair a atenção de potenciais clientes, tem tornado-se comum, disponibilizar informações sobre negócios e entretenimento. Na home page do Bradesco, os clientes têm acesso à informações do Jornal Gazeta Mercantil e das agências de notícias Investnews e Dinheiro Vivo. O Itaú informa o endereço do Itaú Cultural, que traz informações sobre espetáculos culturais no país.

Por meio da Internet, também, está sendo colocado a disposição do cliente a possibilidade de se investir diretamente em ações. A comunicação entre o cliente e a corretora, ao invés de realizar-se pelo telefone, é feita através do computador.

O Bradesco inaugurou seu sistema, chamado *ShopInvest*, em maio. No primeiro mês de operação, o serviço movimentou, aproximadamente, R\$ 3 milhões com a Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa (Info Exame, Jun.99).

Por fim, as tarifas que foram utilizadas para sustentar as receitas dos bancos logo que a queda das receitas com o *float* se aprofundou, agora são utilizadas como um novo instrumento de concorrência entre as instituições. Basicamente, os correntistas ganham direito à isenção das tarifas de acordo com o volume de recursos mantidos no banco.

### 3 Conclusões

As alterações sofridas pelo mercado bancário brasileiro, tanto foram refletidas no segmento de bancos de atacado quanto no segmento de varejo.

Entre os bancos de atacado, verificou-se a concentração dos negócios em um nicho do mercado de *corporate finance* que é a intermediação de fusões e aquisições entre empresas e, um segmento ainda mais específico, a gestão terceirizada de empresas.

Em um plano geral, reforçou-se a atuação na área de administração de recursos de terceiros, e promoveu-se certa internacionalização das instituições, principalmente, nos mercados do Mercosul.

Os bancos de varejo, de certa forma, romperam a barreira que os diferenciavam dos bancos de atacado, devido à presença crescente no mercado de fusões e aquisições e à um pequeno avanço na área de administração de recursos de terceiros.

A oferta de produtos e serviços no varejo aumentou, aproveitando-se de inovações tecnológicas.

Estão sendo implementados serviços avançados de transferência eletrônica de recursos e tem sido aumentada a versatilidade dos serviços oferecidos por meio de computadores domésticos (Internet, *home banking*).

## 6 INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO E POLÍTICA ECONÔMICA

### 1 Introdução

Transformações ocorridas no âmbito do sistema bancário podem, em determinadas situações, ter impactos significativos sobre a condução da política econômica, particularmente sobre a política monetária. A participação de instituições estrangeiras, a reorientação das áreas de atuação dos bancos e a criação de novos instrumentos financeiros exigem, em algumas circunstâncias, alterações na regulamentação do setor para que seja preservada, junto à autoridade monetária, a capacidade de guiar a política monetária.

A discussão em torno dos efeitos da internacionalização sobre a política econômica assemelha-se e relaciona-se, em certa medida, à "antiga" discussão em torno dos controles sobre os fluxos de capitais. A possibilidade de controlar o nível da taxa de juros e de praticar políticas econômicas ativas estão diretamente ligadas à capacidade de disciplinar os fluxos de capitais. A inexistência de mecanismos de regulação de tais fluxos, torna o movimento das taxas de juros internas dependente do nível internacional, já que os agentes procurarão realizar a arbitragem entre o diferencial das taxas. A volatilidade dos recursos exige que o ajuste da economia recaia sobre a balança comercial, impondo pesadas penalizações no âmbito social.

Por outro lado, a instituição de mecanismos de restrição à mobilidade dos capitais permite que a condução da política interna seja relativamente autônoma com relação ao cenário internacional, já que a taxa de câmbio torna-se mais estável maximizando a eficácia da política monetária. Nessa condição, o governo tem liberdade para levar a cabo políticas intervencionistas de forma eficiente.

Essas questões integram o debate econômico desde meados dos anos 30. A visão liberal, dominante até então, começa a se enfraquecer com a crise da década de 30 e com a deflagração da 2ª Guerra Mundial. O fim do conflito permitiu a reestruturação do sistema financeiro internacional em direção ao

chamado *welfare state*, o qual exigia uma participação forte do governo no direcionamento da economia nacional<sup>22</sup>.

Assim como essas questões mostraram-se de grande importância para a autonomia da política econômica no pós-guerra, hoje ela também mostra-se fundamental para aqueles países nos quais as condições de subdesenvolvimento estão presentes e a condução da política macroeconômica deve visar a execução de metas de desenvolvimento social e econômico. Daí a importância de, no caso brasileiro, saber de que forma e com que profundidade a internacionalização do sistema bancário doméstico pode influenciar a condução da política monetária e econômica, quer seja para melhor ou para pior.

As opiniões sobre esse assunto são as mais divergentes, partindo desde aqueles que o consideram benéfico à condução da política econômica até aos que são totalmente contrários ao processo.

Neste capítulo, nosso objetivo não será o de analisar cada um dos diferentes argumentos mas, apenas, as principais idéias, tanto favoráveis quanto contrárias à internacionalização do sistema bancário, tendo em vista, sempre, a questão da condução da política monetária.

Basicamente, essa análise estará baseada em FREITAS (1998)<sup>23</sup> e em entrevistas e reportagens que apresentam as opiniões dos principais profissionais do setor no país.

## 2 Implicações da internacionalização bancária sobre a política monetária

Os argumentos contrários à internacionalização, levando-se em consideração seus efeitos sobre a política monetária, estão baseados em um ponto principal que é a moeda na qual o banco centraliza suas operações, isto é, a moeda utilizada como base de *fundings*.

Os bancos domésticos têm, evidentemente, a moeda nacional como base de *fundings* e, por esse motivo, o Banco Central dispõe de recursos para

---

<sup>22</sup> Uma descrição do debate econômico internacional, das décadas de 30 e 40, acerca da implementação e das implicações de controles sobre os fluxos internacionais de capitais, pode ser vista em HELLEINER (1994).

<sup>23</sup> A autora faz no item 2, de seu artigo, uma compilação dos principais argumentos, tanto favoráveis quanto contrários à internacionalização, não apenas relacionados à condução da política monetária mas, também, quanto à aspectos mais gerais da atividade bancária (qualidade dos serviços oferecidos, solidez do setor, etc.).

restringir a atividade dessas instituições, quer seja por meio da exigência de depósitos compulsórios ou alguma outra forma de controle da liquidez.

Além disso, as operações *off-shore* dos bancos brasileiros, que poderiam se tornar um instrumento capaz de contornar as restrições impostas pelo Banco Central, têm uma reduzida capacidade de alavancar recursos.

Por outro lado, as instituições estrangeiras poderiam realizar suas operações *off-shore* sem que estas estivessem sob a supervisão do Banco Central. Um fator agravante é a imensa capacidade que esses bancos teriam de levantar uma massa de recursos externos, fora do controle da autoridade monetária, inutilizando os mecanismos de controle.

Sob essa ótica, a capacidade de gestão macroeconômica deteriora-se. Por um lado, a manipulação das taxas de juros poderia resultar em efeitos diversos daqueles pretendidos. Os bancos estrangeiros poderiam fazer uso de sua capacidade de realocar recursos. No caso de uma elevação dos juros, poderiam ser mobilizados recursos externos para se fazer a arbitragem entre a taxa internacional e a doméstica refletindo-se em um desequilíbrio na conta capital e, conseqüentemente, uma instabilidade na taxa de câmbio que teria efeitos sobre a balança comercial resultando em um descontrole completo da política econômica. Na situação contrária, de queda dos juros internos, os capitais poderiam ser deslocados da economia nacional para o exterior, novamente volatilizando a taxa de câmbio e iniciando um processo recessivo para se reequilibrar o balanço de pagamentos.

Políticas fiscais ativas também seriam afetadas, já que manipulações do nível de demanda agregada poderiam ser entendidos, pelos agentes, como uma política incompatível com a busca de equilíbrio nas transações correntes, refletindo-se em reversões dos fluxos de capitais, desequilibrando o balanço de pagamentos.

Aqueles que não consideram a crescente presença estrangeira no sistema bancário como um obstáculo à capacidade de condução da política monetária pelo Banco Central, afirmam que o ingresso das instituições estrangeiras é indiferente sob esse aspecto, não favorece mas, também não prejudica.

O argumento básico é o de que o enfraquecimento da política monetária é fruto da liberalização dos controles sobre os fluxos de capitais. A redução da

eficácia da política monetária está relacionada, entre outras, à combinação de dois fatores: o grau de liberalização financeira e a presença de bancos estrangeiros no mercado doméstico.

A situação de mercado bancário protegido e restrição do movimento de capitais é a combinação mais eficiente para se conduzir a política monetária. A liquidez é facilmente controlada (somente atuam bancos nacionais) e a política ativa de juros não produz reflexos na ligação com o setor externo. Em condições de movimentos de capitais regulamentados mas com mercado bancário aberto, a política monetária ainda preserva sua eficácia, já que, apesar da capacidade dos bancos estrangeiros mobilizarem recursos no exterior, a internalização desses capitais está sujeita às regras impostas pela autoridade monetária, assim como, o movimento de saída de recursos para o exterior também é controlado. Já o outro extremo, liberalização financeira e mercado bancário aberto, é o que oferece maiores obstáculos à condução da política econômica, pois a grande mobilidade de recursos aliada à capacidade de alavancagem dos mesmos produz extrema volatilidade de uma enorme massa de recursos, descontrolando a política econômica.

Uma economia dependente de capitais externos de curto prazo (principalmente os investimentos de portfólio), como a brasileira, e que, por esse mesmo motivo, oferece grande liberdade de movimento à esses recursos, sofre uma redução de sua capacidade de controlar a liquidez.

Como existe grande necessidade de manter os recursos no país, as taxas de juros precisam ser mantidas em um patamar no qual, a remuneração proporcionada à esse capital, estimule a sua permanência. No entanto, as altas taxas de juros acabam resultando em um grande influxo de recursos os quais buscam realizar a arbitragem entre o diferencial de taxas de juros.

Com fracas restrições à entrada desse capital, o controle da liquidez da economia torna-se ineficiente, daí o enfraquecimento da capacidade de conduzir a política monetária. Ou seja, a presença de bancos estrangeiros no mercado nacional poderá impactar sobre a política monetária.

Além desse argumento, não se pode deixar de salientar o fato que independente do país de origem da instituição bancária, todas aquelas que estiverem atuando no mercado brasileiro estarão sujeitas aos mesmos requisitos e normas que regulam o funcionamento dos bancos brasileiros. Isso

deve garantir certo nivelamento na capacidade de atuação de cada empresa, ou seja, as instituições estrangeiras não seriam capazes de agir além das possibilidades de fiscalização e regulamentação da autoridade monetária.

### 3 Conclusões

Existem muitas divergências quanto aos efeitos da internacionalização do sistema bancário, no que se refere à condução da política econômica.

A internacionalização por si só, parece não ser um fator determinante de um possível enfraquecimento da política monetária e da redução do raio de ação da autoridade monetária. É preciso observar a conjugação de dois aspectos distintos no âmbito da abertura financeira. A abertura do sistema bancário, combinada com a flexibilização dos fluxos de capitais para o mercado financeiro provavelmente constitui-se em um fator desestabilizador para a política monetária.

Uma situação onde o sistema bancário esteja aberto à participação de instituições financeiras estrangeiras, pode não se traduzir em restrições à política monetária, se existirem restrições aos fluxos de capitais externos. Ou seja, a política monetária é sensível à volatilidade dos fluxos de capitais<sup>24</sup>, a qual não está, necessariamente, relacionada com a atuação de empresas estrangeiras no mercado bancário.

---

<sup>24</sup> Ver PRATES (1998).

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do sistema bancário brasileiro, ao longo da década de 90, foi marcada por transformações de grande importância. Dentro desse contexto de mudanças, este trabalho procurou avaliar a extensão e as implicações do processo de internacionalização bancária tanto com relação à reestruturação que foi imposta aos bancos brasileiros, quanto à capacidade de gestão macroeconômica.

Até as vésperas do Plano Real, o sistema bancário nacional apresentava-se de forma bastante peculiar. O número de instituições financeiras em operação no país era elevado, devido, principalmente, às possibilidades de ganhos fáceis oriundos da apropriação do chamado *floating*. Enquanto a moeda indexada foi largamente estimulada pelo governo (para que a economia pudesse conviver com o elevado patamar da taxa de inflação) através da colocação de títulos públicos e do mecanismo de zeragem automática, as receitas dos bancos basearam-se na apropriação de parte da rentabilidade gerada pela aplicação dos recursos captados junto ao público nesses títulos.

Como foi visto, essa fonte de receita, que tem origem na inflação elevada, provocou um brutal aumento da capilaridade do sistema, na tentativa de se maximizar o volume de recursos captados.

A queda da inflação e a desindexação da economia ocasionadas pela implementação do Plano Real, reduziu profundamente as receitas inflacionárias. Com as receitas em queda, evidenciaram-se os problemas patrimoniais de muitas instituições, frutos de má gestão administrativa (dependência elevada de apenas uma fonte de receita, no caso o *float*), saturação do mercado (elevado número de bancos) e dos elevados custos de operação (principalmente ocasionados pela capilaridade do sistema).

Em face da nova conjuntura da economia, a atuação das instituições bancárias precisou ser repensada, assim como foi necessário implantar o programa de reestruturação do setor financeiro (PROER), com o objetivo de salvar as instituições em dificuldades. Observou-se, então, o início do

movimento de consolidação do mercado, concomitantemente com o forte aumento das receitas provenientes das operações de crédito.

Nesse momento, as receitas do *floating* representavam apenas uma ínfima participação no total de receitas, onde o principal componente eram as operações de crédito e a elevação do patamar das receitas provenientes da cobrança de tarifas.

A busca desenfreada por substituição das receitas com o *float* pelas operações de crédito elevou os níveis de inadimplência à patamares extremamente elevados, agravando, ainda mais, a fragilidade do sistema.

É nesse sistema, fragilizado pela queda da inflação, que se inicia o processo de abertura. Inicialmente, o governo assume a clara posição de permitir a entrada e/ou crescimento das instituições financeiras estrangeiras apenas com o objetivo de fortalecer o sistema bancário nacional, por meio da transferência de controle das instituições em dificuldades. Dos bancos que ingressaram no mercado, foi cobrado um *pedágio* com o intuito de cobrir parte dos custos originados com o PROER/PROES. No entanto, os valores arrecadados não representaram mais do que uma fração dos custos totais.

Verificamos que, inicialmente, o ingresso das instituições estrangeiras concentrou-se no segmento de atacado com algumas operações envolvendo bancos de varejo. A atratividade do mercado brasileiro estava, principalmente, em seu potencial de crescimento e, no segmento de atacado, na expansão do mercado de fusões e aquisições.

Posteriormente, o governo distanciou-se de sua posição inicial de condicionar o ingresso de instituições estrangeiras ao fortalecimento do sistema bancário, quando da autorização de venda do controle do Banco Real.

A nova conformação do mercado bancário brasileiro, com forte expansão da participação dos bancos estrangeiros e redução dos bancos públicos, tem se direcionado para a racionalização das estruturas (redução de custos/ganhos de produtividade), investimentos em novas tecnologias e diversificação do leque de produtos e serviços oferecidos. Sob esse aspecto, a presença maciça de instituições estrangeiras provocou um acirramento da concorrência, na medida em que o ingresso desses bancos trouxe novas estratégias de atuação, instituindo um novo formato para as empresas do setor.

Por fim, os efeitos da internacionalização do setor bancário, por si só, sobre a condução da política monetária, aparentemente, são restritos. Possíveis reduções na eficiência da política monetária estão mais diretamente relacionadas ao tratamento dado aos fluxos de capitais externos.

Uma conjuntura de internacionalização do setor bancário poderia reduzir o raio de ação da autoridade monetária, se combinada à uma situação de alta mobilidade de capitais, ou seja, de grande volatilidade. A situação brasileira, atualmente, parece aproximar-se desta caracterização. Ou seja, o aprofundamento do processo de internacionalização bancária acrescentaria mais um obstáculo para a condução da política econômica.

ANEXO 1  
Setor Bancário

Instituição	1993		
	Rentab Pat. Por lucro liq.	Depósitos/ativos	Oper. Crédito/depósitos
Bradesco	14,4	0,436	0,521
Itaú	13,6	0,444	0,534
Bamerindus	13,4	0,493	0,666
Nacional	15,3	0,569	0,879
Unibanco	14,7	0,506	0,767
Real	13,9	0,487	0,347
Econômico	9,7	0,540	0,882
BCN	22,5	0,578	0,251
Safra	53,7	0,590	0,480
Francês e Brasileiro	10,2	0,198	2,619
Citibank	3,3	0,378	0,692
Lloyds Bank	4,3	0,269	1,023
Sudameris	10,8	0,372	0,783
Noroeste	33,9	0,501	0,535
Bank of Boston	4,2	0,470	0,334
Bozano, Simonsen	22,1	0,458	0,612
Mercantil São Paulo	6,5	0,450	0,673
Patente	17,1	0,030	0,187
América do Sul	13,3	0,402	1,183
Multiplic	19,2	0,315	1,034
BMC	21,4	0,458	1,016
Bandeirantes	26,3	0,617	0,342
Bancocidade	30,4	0,460	0,910
Credibanco	28,9	0,239	1,736
Banorte	10,9	0,524	0,974

Fonte: Gazeta Mercantil

1994				
Varição real depósitos	Var. real operações cred.	Rentab Pat. Por lucro liq.	Depósitos/ativos	Oper. Crédito/depósitos
21,5	65,7	12,7	0,574	0,711
24,5	58,8	12,6	0,559	0,681
47,4	61	11,8	0,611	0,728
23,5	25,3	18,1	0,568	0,892
23	44,9	14	0,498	0,903
48,3	133,4	14,3	0,522	0,547
9,1	13,4	13,5	0,404	0,916
27,1	104,5	18,2	0,517	0,403
9,9	43,3	25,3	0,516	0,626
9	-31,2	8,9	0,263	1,655
58,9	61,2	15,1	0,567	0,794
7,5	86	33	0,519	0,926
185,3	-41,7	5,5	0,273	0,514
-35,8	-17,2	26,4	0,252	0,789
127,8	61,4	5,5	0,639	0,477
122,5	51,5	10,2	0,578	0,806
58,3	59,1	-26,8	0,299	1,039
-23,5	-9,3	21,2	0,444	1,205
31,8	109,9	30,2	0,552	0,545
-5,7	-23,8	18,3	0,477	0,735
-46,3	-5,3	24,3	0,162	3,061
35,7	20,8	10,1	0,571	0,867

Instituição	1995					1996				
	Variação real depósitos	Var. real operações cred.	Rentab Pat. Por lucro liq.	Depósitos/ativos	Oper. Crédito/depósitos	Variação real depósitos	Var. real operações cred.	Rentab Pat. Por lucro liq.	Depósitos/ativos	Oper. Crédito/depósitos
Bradesco	16,7	18,6	11,7	0,520	0,723	-0,3	6,3	15,8	0,436	0,771
Itaú	3,8	-0,9	11,2	0,496	0,651	14	16,3	15,6	0,435	0,664
Bamerindus Nacional	-29,2	-5,7	8,4	0,479	0,969	-7,3	-16,4	-29,1	0,492	0,873
Unibanco	61,3	13,1	10,9	0,490	0,633	-20,3	27,1	17,4	0,351	1,009
Real	1,7	3,2	11	0,573	0,636	11,8	8,7	22	0,441	0,617
Econômico	-22,4	-6,3	33,5	0,511	1,025	204	152,2	5,3	0,510	0,850
BCN	-21,8	9,3	17,3	0,377	0,564	-8,7	45,4	15,8	0,429	0,898
Safra	-35,3	-50,7	20,5	0,426	0,477	19,6	111,3	24,5	0,275	0,587
Francês e Brasileiro	-22,6	-25,7	-7,6	0,265	1,543	-33,6	33,8	10,3	0,143	3,109
Citibank	1,1	-11,4	6,4	0,331	0,572	558,1	97,1	0,2	0,185	1,160
Lloyds Bank	79,8	-31,5	-11,6	0,321	0,771	-8	13	-5,8	0,320	0,947
Sudameris	-11,9	12	20,5	0,395	1,009	5	54,9	15,5	0,299	1,489
Noroeste	-3	-4,3	28,7	0,450	0,913	32,8	40	13,8	0,445	0,962
Bank of Boston	-36,2	-37	19,9	0,550	0,253	-6,9	-37,2	4,9	0,135	0,342
Bozano, Simonsen	-11	-58,4	22,1	0,224	0,369	36,1	267,6	33,7	0,185	0,996
Mercantil São Paulo	20,2	-32,6	9,8	0,655	0,267	15,8	69,1	20	0,575	0,422
Patente										
América do Sul	9,6	31,1	13,7	0,475	0,964	19,9	28,5	13,9	0,492	0,997
Multiplic	-35,9	-71,5	30,8	0,381	0,461	21,4	-5,8	28,4	0,331	0,358
BMC	-5,5	17,5	10,7	0,366	1,498	4,5	12,3	16,8	0,262	1,610
Bandeirantes	-7,4	12,5	25	0,351	0,662	70,4	58,6	11,3	0,461	0,616
Bancocidade	43,1	27	15,3	0,513	0,653	-24,9	23,5	13,1	0,413	1,073
Credibanco	71,7	21,1	13,3	0,255	2,159	34,8	16,5	22,6	0,287	1,919
Banorte	-14,5	4	12,7	0,524	1,054					

Fonte: Gazeta Mercantil

Instituição	1997				
	Varição real depósitos	Var. real operações cred.	Rentab Pat. Por lucro liq.	Depósitos/ativos	Oper. Crédito/depósitos
Bradesco	42,7	46,1	14,9	0,501	0,790
Itaú	50,6	12,3	17,1	0,468	0,495
Bamerindus Nacional			3,3	0,510	0,300
Unibanco	-30,9	-0,6	16,4	0,289	1,157
Real	27,2	48,4	12,4	0,477	0,696
Econômico	34,8	39,8	-8,3	0,293	0,753
BCN	20,7	20,1	-13,6	0,295	0,840
Safra	9,6	39,6	18,5	0,315	0,562
Francês e Brasileiro	105,9	7	6,9	0,239	1,616
Citibank	39,5	141,9	34,8	0,480	0,725
Lloyds Bank	-33,4	-46,6	-8,3	0,200	0,464
Sudameris	42,2	-3,7	7,6	0,311	1,091
Noroeste	15,9	18,7	9,2	0,410	0,986
Bank of Boston	117,7	29	19,9	0,303	0,568
Bozano, Simonsen	65	23,4	23,5	0,125	0,754
Mercantil São Paulo	21,9	21,1	10,4	0,638	0,418
Patente	-72,5	-51,4	-3,9	0,010	0,150
América do Sul					
Multiplic			33	0,042	0,000
BMC	19,1	3,8	7	0,359	1,410
Bandeirantes	12,7	5,5	-52,7	0,625	0,548
Bancocidade	31,1	-4,6	15,9	0,495	0,782
Credibanco	-52,6	-4,8	8,9	0,120	3,850
Banorte					

Fonte: Gazeta Mercantil

## ANEXO 2

## Setor bancário - 1993 (Cr\$ milhões)

Instituição	Ativo total	Depósitos totais	Operações de crédito
Bradesco	5.500.774,10	2.397.614,50	1.249.632,40
Itaú	3.930.305,00	1.743.748,60	931.086,30
Bamerindus	2.999.157,90	1.479.245,30	984.784,10
Nacional	2.473.840,80	1.407.028,50	1.236.768,50
Unibanco	2.348.067,30	1.187.419,90	910.378,80
Real	1.479.400,30	720.302,00	250.190,30
Econômico	1.431.815,30	773.040,70	681.443,30
BCN	1.368.501,00	790.877,50	198.312,40
Safra	1.337.594,40	789.530,00	378.780,60
Francês e Brasileiro	1.023.840,90	203.227,60	532.309,40
Citibank	840.618,00	317.525,00	219.595,00
Lloyds Bank	818.010,00	220.282,00	225.327,00
Sudameris	805.994,00	299.520,00	234.459,00
Noroeste	645.786,90	323.260,70	172.902,90
Bank of Boston	603.746,20	283.968,00	94.764,50
Bozano, Simonsen	585.912,40	268.453,30	164.291,00
Mercantil São Paulo	469.815,20	211.614,10	142.384,80
Patente	464.287,10	14.000,70	2.614,30
América do Sul	409.450,90	164.754,90	194.904,40
Multiplic	405.885,60	127.950,20	132.289,00
BMC	392.582,70	179.743,00	182.602,20
Bandeirantes	389.090,00	239.988,60	82.172,80
Bancocidade	379.228,80	174.290,90	158.604,70
Credibanco	376.684,80	89.959,00	156.178,50
Banorte	352.298,60	184.744,90	179.880,00

Fonte: Gazeta Mercantil

1994 - (R\$ milhões)

Instituição	Ativo total	Depósitos totais	Operações de crédito
Bradesco	18.124,70	10.411,80	7.402,50
Itaú	13.886,30	7.761,10	5.285,40
Bamerindus	12.756,80	7.792,30	5.669,40
Nacional	10.934,70	6.211,80	5.541,50
Unibanco	10.486,00	5.222,70	4.715,30
Real	7.313,70	3.817,80	2.087,90
Econômico	7.465,80	3.016,00	2.761,90
BCN	6.956,40	3.593,30	1.449,60
Safra	6.012,70	3.100,90	1.939,80
Francês e Brasileiro	3.013,50	791,60	1.310,10
Citibank			
Lloyds Bank			
Sudameris	2.999,30	1.701,90	1.351,40
Noroeste	2.392,90	1.241,90	1.149,60
Bank of Boston	1.408,20	383,80	197,40
Bozano, Simonsen	2.450,40	616,30	486,20
Mercantil São Paulo	2.697,00	1.723,40	821,70
Patente			
América do Sul	2.266,90	1.310,20	1.055,90
Multiplic	2.421,90	724,30	752,60
BMC	1.106,30	491,40	592,00
Bandeirantes	2.049,50	1.131,20	616,60
Bancocidade	1.230,50	587,50	432,00
Credibanco	1.064,60	172,80	529,00
Banorte	1.569,00	896,10	776,70

Fonte: Gazeta Mercantil

## 1995 – (R\$ milhares)

Instituição	Ativo total	Depósitos totais	Operações de crédito
Bradesco	28.614.870,00	14.882.496,00	10.754.720,00
Itaú	19.868.454,00	9.863.463,00	6.416.431,00
Bamerindus Nacional	14.122.161,00	6.760.164,00	6.548.628,00
Unibanco	21.062.488,00	10.315.994,00	6.529.752,00
Real	10.607.317,00	6.079.256,00	3.863.440,00
Excel Econômico	1.363.525,00	696.177,00	713.406,00
BCN	9.118.871,00	3.441.809,00	1.940.349,00
Safra	5.766.865,00	2.456.438,00	1.171.469,00
Francês e Brasileiro	2.826.132,00	750.113,00	1.157.417,00
Citibank	3.467.006,00	1.146.775,00	655.758,00
Lloyds Bank	2.911.243,00	934.806,00	720.574,00
Sudameris	4.642.259,00	1.835.994,00	1.853.433,00
Noroeste	3.278.993,00	1.475.872,00	1.347.303,00
Bank of Boston	2.143.373,00	1.177.845,00	298.251,00
Bozano, Simonsen	2.993.155,00	671.539,00	247.591,00
Mercantil São Paulo	3.872.784,00	2.537.814,00	678.644,00
Patente			
América do Sul	3.705.211,00	1.758.716,00	1.695.580,00
Multiplic	1.492.603,00	568.529,00	262.276,00
BMC	1.552.008,00	568.552,00	851.715,00
Bandeirantes	3.651.999,00	1.283.253,00	849.762,00
Bancocidade	2.007.119,00	1.029.178,00	671.836,00
Credibanco	1.424.270,00	363.348,00	784.430,00
Banorte	1.790.471,00	938.379,00	989.083,00

Fonte: Gazeta Mercantil

## 1996 – (R\$ milhares)

Instituição	Ativo total	Depósitos totais	Operações de crédito
Bradesco	34.005.213,00	14.837.744,00	11.435.466,00
Itaú	25.860.827,00	11.243.619,00	7.464.172,00
HSBC Bamerindus Nacional	12.736.263,00	6.270.188,00	5.473.711,00
Unibanco	23.395.294,00	8.219.570,00	8.296.715,00
Real	15.425.125,00	6.798.602,00	4.198.058,00
Excel Econômico	4.148.192,00	2.116.220,00	1.799.263,00
BCN	7.318.868,00	3.142.653,00	2.820.703,00
Safra	10.671.037,00	2.938.868,00	1.725.257,00
Francês e Brasileiro	3.479.829,00	498.188,00	1.548.808,00
Citibank	3.025.213,00	558.491,00	647.688,00
Lloyds Bank	2.683.134,00	859.609,00	814.342,00
Sudameris	6.437.680,00	1.928.021,00	2.869.965,00
Noroeste	4.408.401,00	1.959.750,00	1.886.078,00
Bank of Boston	2.070.508,00	279.364,00	95.603,00
Bozano, Simonsen	4.945.326,00	913.839,00	910.140,00
Mercantil São Paulo	4.317.578,00	2.484.331,00	1.049.021,00
Patente			
América do Sul	4.280.030,00	2.107.207,00	2.101.583,00
Multiplic	2.088.514,00	690.374,00	247.080,00
BMC	2.264.568,00	594.338,00	956.718,00
Bandeirantes	4.746.260,00	2.186.894,00	1.347.620,00
Bancocidade	1.870.689,00	773.358,00	829.631,00
Credibanco	1.706.258,00	489.928,00	940.120,00
Banorte			

Fonte: Gazeta Mercantil

## 1997 – (R\$ milhares)

Instituição	Ativo total	Depósitos totais	Operações de crédito
Bradesco	42.332.411,00	21.195.322,00	16.742.646,00
Itaú	36.205.075,00	16.937.776,00	8.392.158,00
HSBC Bamerindus Nacional	13.031.661,00	6.652.592,00	1.994.377,00
Unibanco	24.674.820,00	7.128.220,00	8.249.834,00
Real	18.782.816,00	8.951.589,00	6.228.947,00
Excel Econômico	11.385.392,00	3.337.745,00	2.514.581,00
BCN	13.598.362,00	4.012.538,00	3.369.942,00
Safra	13.622.658,00	4.287.950,00	2.409.272,00
Francês e Brasileiro	4.286.032,00	1.025.736,00	1.657.576,00
Citibank	5.625.504,00	2.697.914,00	1.955.311,00
Lloyds Bank	4.703.637,00	938.504,00	435.173,00
Sudameris	8.151.178,00	2.534.984,00	2.764.847,00
Santander Noroeste	5.543.550,00	2.271.953,00	2.240.291,00
Bank of Boston	5.482.904,00	1.663.350,00	945.412,00
Bozano, Simonsen	12.395.270,00	1.546.186,00	1.166.264,00
Mercantil São Paulo	4.771.669,00	3.043.129,00	1.273.427,00
Patente	930.974,00	9.393,00	1.407,00
América do Sul			
Multiplic	576.142,00	24.250,00	
BMC	1.973.413,00	707.881,00	997.782,00
Bandeirantes	4.269.083,00	2.666.473,00	1.460.890,00
Bancocidade	2.046.213,00	1.013.769,00	792.491,00
Credibanco	1.936.736,00	232.396,00	894.735,00
Banorte			

Fonte: Gazeta Mercantil

## ANEXO 3

Resumo do demonstrativo de resultados – Bradesco/Itaú/Unibanco – 1996/97  
(mil R\$)

## Bradesco

	1996	1997
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	6.965.971	6.364.261
Operações de crédito	4.606.091	4.307.917
Resultado operacional com títulos e valores mobiliários	1.799.391	1.338.475
Outros	541.922	701.493
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	4.684.106	4.034.877
Operações de captação no mercado	2.811.107	2.309.170
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.121.749	691.388
Outros	751.250	1.034.319
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	2.281.865	2.329.384
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	-1.431.511	-1.373.171
Receitas de prestação de serviço	1.037.541	1.304.288
Despesas de pessoal	-1.701.736	-1.704.378
Outras despesas administrativas	-1.453.718	-1.628.847
Resultado de participação em coligadas/controladas	736.351	806.370
Outros	58.489	-22.931
<b>Resultado operacional</b>	850.354	956.213
<b>Resultado não-operacional</b>	-24.172	-125.701
<b>Resultado antes da tributação e participação</b>	826.182	830.512
<b>Lucro/prejuízo do exercício</b>	824.493	830.512

Fonte: Bradesco

## Itaú (mil R\$)

	1996	1997
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	3.870.776	3.876.024
Operações de crédito	2.759.383	2.664.156
Resultado operacional com títulos e valores mobiliários	942.366	940.428
Outros	169.027	271.440
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	2.618.601	2.690.971
Operações de captação no mercado	1.571.637	2.012.592
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	783.611	425.604
Outros	263.353	252.775
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	1.252.175	1.185.053
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	-546.800	-366.444
Receitas de prestação de serviço	1.348.871	1.629.621
Despesas de pessoal	1.192.918	1.173.397
Outras despesas administrativas	1.231.520	1.375.484
Resultado de participação em coligadas/controladas	382.867	582.477
Outros	533.507	619.864
<b>Resultado operacional</b>	705.375	818.609
<b>Resultado não-operacional</b>	-17.321	-62.435
<b>Resultado antes da tributação e participação</b>	688.054	756.174
<b>Lucro/prejuízo do exercício</b>	593.452	720.474

Fonte: Itaú

## Unibanco (mil R\$)

	1996	1997
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	4.920.240	4.419.970
Operações de crédito	3.206.817	3.069.178
Resultado operacional com títulos e valores mobiliários	1.566.929	1.119.773
Outros	146.494	231.019
<b>Despesas de intermediação financeira</b>	-3.334.622	-2.950.235
Operações de captação no mercado	-2.217.245	-1.198.527
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-580.043	-527.099
Outros	-537.334	-504.609
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	1.585.618	1.469.735
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	-1.184.246	-926.045
Receitas de prestação de serviço	685.001	813.061
Despesas de pessoal	-897.224	-895.573
Outras despesas administrativas	-1.223.870	-1.177.820
Resultado de participação em coligadas/controladas	514.985	495.959
Outros	-160.385	-16.534
<b>Resultado operacional</b>	401.372	543.690
<b>Resultado não-operacional</b>	-56.415	-39.277
<b>Resultado antes da tributação e participação</b>	344.957	504.413
<b>Lucro/prejuízo do exercício</b>	285.062	430.843

Fonte: Unibanco

ANEXO 4

Fusões, aquisições e associações

	Instituição vendida	Instituição compradora	Origem	Observação
Jan 94	Grupo Monteiro Aranha	Dresdner Bank	Alemanha	
Fev 94	Banco Santista	Grupo Vigor		
Fev 94	Digibanco	Pontual		
Fev 94	Banco de Montreal	CCF	Canadá/França	
Abr 94	Banco Português do Atlântico-Brasil	Banco Econômico		
Ago 94	Banco Crefisul	Itamarati		
Ago 94	Banco Cruzeiro do Sul	Luiz Felipe Índio da Costa		
Ago 94	Banco Varig	Corretora Nova Norte		
Nov 94	Banco HKB S/A	Prime Empreendimentos		
Jan 95	Banco de Mossoró	Grupo Hudson		
Abr 95	Banco Veja	Grupo Frota Oceânica		
Jul 95	BFB	Itaú		
Nov 95	Nacional	Unibanco		
Jan 96	Banco Fininvest	Grupo Icatu		
Jan 96	Banco Fininvest	Unibanco		
Jan 96	Continental Banco	Pontual		
Mar 96	Banco United	Banco Antônio de Queiroz		
Abr 96	Mercantil de Pernambuco	Banco Rural		Novo nome: Excel Econômico
Abr 96	Banco Econômico	Banco Excel		
Abr 96	Banco Battistella	Banco Dibens		
Mai 96	BANORTE	Banco Bandeirantes		
Mai 96	Banco Comercial de São Paulo	BNP	França	
Mai 96	Grande Rio	Dresdner Bank	Alemanha	
Jun 96	Banco de Tokyo	Mitsubishi	Japão	Novo nome: Banco Tokyo-Mitsubishi
Jul 96	Mappin	BBA Creditanstalt		Financeiras
Jul 96	Banco Fonte	Banco Cindam		Novo nome: Banco Fonte Cindam
Jul 96	Banco Itamarati	BCN		
Ago 96	Estrutura DTVM	Investor		Fusão: Estrutura Investor Banco de Inv.
Ago 96	Banfort	Fundação Habitacional do Exército		
Out 96	Multiplic	Lloyds Bank	Inglaterra	
Nov 96	Segmento	Lavra		
Dez 96*	BCN Barclays	Banco Galicia	Espanha	
Dez 96	Milbanco	Socimer do Brasil		
Dez 96	Pinebank	Nelson e Norberto Nogueira Pinheiro		
Jan 97	Banco Augusta Industrial e Comercial – Incobanco	Renato B. Ribeiro – Banco Axial		
Jan 97	Banco Sogeral	Societe Generale	França	
Fev 97	Losango	Lloyds Bank	Inglaterra	Financeiras
Mar 97	Banco Geral do Comércio S/A	Banco Santander	Espanha	Novo nome: Banco Santander Brasil
Mar 97	Bamerindus	HSBC	Inglaterra	
Mar 97	ABC Roma	Arab Banking Corporation	Arábia Saudita	
abr 97	BIG – Irmãos Guimarães	Morgan Greenfell	EUA	
Jul 97	BANERJ	Itaú		
Jul 97	Banco Fenícia	AIG Costumer Finance Group	EUA	
Ago 97	Credireal	BCN		
Set 97	Banco Boa Vista	Banco Interatlântico	Portugal	
Out 97*	Máxima Serviços Financeiros	Banco Stock		Fusão: Banco Stock Máxima Associação
Nov 97*	Banco SRL	Banco American Express		Associação
Nov 97*	Omega	Swiss Bank C Wlaburg Dillon Read	Suíça	
Dez 97	Banco Sistema	Banco Pactual		
Dez 97	Banco Português do Atlântico-Brasil	Wachovia Corporation	Portugal/EUA	
Dez 97	BCN/Credireal	Bradesco		
Dez 97	Meridional do Brasil	Bozano, Simonsen		
Jan 98*	Banco Liberal	Nations Bank		
Jan 98*	Banco Graphus	Robert Fleming		Novo nome: Banco Fleming Graphus
Fev 98	Mappin	GE Capital		Financeiras
Fev 98	Banco Brascan	Mellon Bank Corporation		
Fev 98	Banco Marka	Nikko Securities		Associação – Área de Gestão de Ativos
Fev 98	Milbanco	Crefisul e Socimer	Brasil/Suíça	
Fev 98	Noroeste	Banco Santander	Espanha	Novo nome: Banco Santander Noroeste
Mar 98	Banco Dibens	Unibanco		
Mar 98	Banco de Crédito Real S/A (BCR)	Bradesco		
Abr 98	América do Sul	Sudameris		
abr 98*	Transbanco Banco de Investimentos S/A	Volvo do Brasil Ltda.		
Mai 98	Banco Bandeirantes	Caixa Geral de Depósitos	Portugal	
Mai 98	Excel Econômico	Bilbao Viscaya	Espanha	
Jun 98*	Banco Garantia	Credit Suisse First Boston	Suíça	

Fonte: Através de recortes de jornais e revistas

Bancos de investimentos

## ANEXO 5

Participação dos bancos estrangeiros nas operações de crédito do sistema financeiro em %

1995	6,5
1996	7
1997	12,3
1998	15,1

Fonte: Austin Asis

Participação dos bancos estrangeiros no lucro líquido do sistema financeiro em %

1995	5,7
1996	8,6
1997	6,9
1998	8

Fonte: Austin Asis

Participação dos bancos estrangeiros no patrimônio líquido do sistema financeiro em %

1995	10,5
1996	10
1997	15
1998	20

Fonte: Austin Asis

## BIBLIOGRAFIA

- ATTUCH, Leonardo. 1996. Não é o melhor dos mundos... *Exame*. São Paulo, 10 de abril, pp. 18-20.
- BAER, Mônica. 1986. *A internacionalização financeira no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes.
- BANCO CENTRAL. 1998. *Boletim do Banco Central*. vários números. Brasília, DF.
- BANCO HOJE. 1999. *Competitividade*. São Paulo, fevereiro, pp. 32-35.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. 1994. *El fortalecimiento del sector financiero en el proceso de ajuste: liberalización y regulación*. Buenos Aires.
- BARROS, José Roberto Mendonça de & ALMEIDA Jr, M. F. 1997. Análise do ajuste do sistema financeiro no Brasil. *Secretaria de Política Econômica*. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, mimeo, maio.
- BARROS, Luís Carlos Mendonça de. 1993. A moeda indexada. *Economia e Sociedade*. Campinas, nº 2, agosto.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. 1997. Dinheiro e as transfigurações da riqueza. in: TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes.
- BRASIL. 1996. Banco Central do Brasil. *PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional*. Brasília, DF.
- BRASIL. 1997. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Sistema financeiro - uma análise a partir das Contas Nacionais 1990-1995*. Rio de Janeiro.
- CAPARELLI, Estela & LÍRIO, Sérgio. 1998. Garantia à suíça. *Isto É Dinheiro*. São Paulo, 10 de junho, pp. 76-79.
- CAPARELLI, Estela & LÍRIO, Sérgio. 1998. O melhor emprego do mundo. *Isto É Dinheiro*. São Paulo, 3 de junho, pp. 66-67.
- CAPARELLI, Estela. 1998. Desembarque português. *Isto É Dinheiro*. São Paulo, 14 de janeiro, pp. 52-53.
- CAPARELLI, Estela. 1998. Deutsche esquentando os motores. *Isto É Dinheiro*. São Paulo, 18 de fevereiro, pp. 59.

- CARVALHO, Fernando J. Cardim de. 1997. A internacionalização do setor bancário brasileiro. *Boletim de Conjuntura - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, vol. 17(3), novembro.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. 1998. *Especial - Os bancos que mais crescem no país*. Rio de Janeiro, novembro, pp. 23-31.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. 1998. *Especial - Os maiores bancos do Brasil*. Rio de Janeiro, junho, pp. 26-39.
- COSTA, Fernando Nogueira da. 1995. Bancos: da repressão à liberalização. *Economia & Empresa*. São Paulo, vol. 2(1), janeiro/março.
- CYSNE, Rubens Penha & COSTA, Sérgio Gustavo Silveira da. 1997. Reflexos do Plano Real sobre o sistema bancário brasileiro. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, vol. 51(3), julho/setembro.
- CYSNE, Rubens Penha. 1995. O sistema financeiro oficial e a queda das transferências inflacionárias. *Ensaio econômico da EPGE*. Rio de Janeiro, FGV, nº 254.
- DIÁRIO POPULAR. Várias edições.
- EUROMONEY. 1997. *Waking from an inflation dream*. London, março, pp. 98-104.
- EUROMONEY. 1998. *The world's top 200 banks*. London, junho, pp. 157-162.
- FADUL, Sergio. 1998. Bancos estrangeiros atacam no Rio. *Isto É Dinheiro*. São Paulo, 18 de fevereiro, pp. 60-61.
- FERREIRA, Roger. 1998. A hora da briga. *Veja*. São Paulo, 4 de março, pp. 84-85.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Várias edições.
- FREITAS, Maria Cristina Penido. 1998. A abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro. *Abertura externa e sistema financeiro*. São Paulo, Fundap, Convênio Ipea-Fundap, maio.
- FUCS, José. 1995. Melhor do que a encomenda. *Exame*. São Paulo, 21 de junho, pp. 104-107.
- FUCS, José. 1995. O calouro deu lições aos veteranos. *Exame*. São Paulo, 21 de junho, pp. 122-123.
- FUCS, José. 1995. Pressão sobre os bancos. *Exame*. São Paulo, 21 de junho, pp. 98-100.
- FUCS, José. 1998. Onde foi que ele errou? *Exame*. São Paulo, 20 de maio, pp. 44-48.

- GAMEZ, Milton. 1998. Concorrência é o nome do jogo. *Isto É Dinheiro*. São Paulo, 7 de janeiro, pp. 66-67.
- GAZETA MERCANTIL. 1995. *Balanço Anual*. São Paulo, Ano XIX, nº 19, outubro.
- GAZETA MERCANTIL. 1996. *Balanço Anual*. São Paulo, Ano XX, nº 20, outubro.
- GAZETA MERCANTIL. 1997. *Balanço Anual*. São Paulo, Ano XXI, nº 21, outubro.
- GAZETA MERCANTIL. 1998. *Balanço Anual*. São Paulo, Ano XXII, nº 22, junho.
- GAZETA MERCANTIL. Várias edições.
- GOIS, Anselmo & ALMEIDA, Raquel. 1997. O martelo bateu na véspera. *Veja*. São Paulo, 2 de julho, pp. 102-104.
- HELLEINER, Eric. 1994. *States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990s*. New York, Cornell University Press.
- ISTO É DINHEIRO. 1997. *Vende-se*. São Paulo, 10 de setembro, pp. 78-79.
- JORNAL DA TARDE. Várias edições.
- JORNAL DO BRASIL. Várias edições.
- LAVIN, Virgínia. 1998. Desembarque europeu. *Revista Amanhã*. Rio Grande do Sul, março, pp. 21-24.
- MADI, Maria Alejandra C. & MELETI, Patrícia F. M. 1995. Tendências estruturais dos bancos privados no Brasil: dinâmica da relação entre bancos e empresas não-financeiras (1990-1994). *Textos para Discussão - IESP*. São Paulo, nº 26, agosto.
- MADI, Maria Alejandra C. 1995. Inovações financeiras e automação bancária no Brasil. *Economia & Empresa*. São Paulo, v. 2(1), janeiro/março.
- MAGNAVITA, Mônica. 1995. O melhor freguês é o que não aparece. *Exame*. São Paulo, 21 de junho, pp. 110-111.
- MARGARIDO, Sérgio Pavan. 1997. Fluxos de capitais para a economia brasileira na primeira metade da década de 90: construção de novos vínculos financeiros externos e emergência de novos riscos. Campinas, Tese de Mestrado. IE/UNICAMP.
- MERCADANTE, Aloízio (org.). 1997. O Brasil Pós-Real - A política econômica em debate. Campinas, Ed. Unicamp.

MORAES, Pedro Bodin de. Foreign Banks in the Brazilian economy in the 1980's. *Texto para Discussão PUC-RJ*. Rio de Janeiro, nº 241.

MOURA, Alkimar R. 1998. Notas sobre o ajustamento do sistema bancário privado no Brasil pós-Real. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, vol 52, nº especial, fevereiro.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Várias edições.

O GLOBO. Várias edições.

OLIVEIRA, Darcio & CAPARELLI, Estela. 1997. Ele ganhou a noiva no altar. *Isto É Dinheiro*. São Paulo, 5 de novembro, pp. 74-77.

PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. 1997. Comportamento dos bancos em alta inflação: teoria e experiência brasileira recente. Campinas, Tese de Doutorado. IE/UNICAMP.

PRATES, Daniela Magalhães. 1998. Investimentos de portfólio no mercado financeiro doméstico. *Abertura externa e sistema financeiro*. São Paulo, Fundap, Convênio Ipea-Fundap, maio.

SIMONETTI, Eliana & ALMEIDA, Raquel. 1997. Grã-finos na lona. *Veja*. São Paulo, 10 de setembro, pp. 122-123.

TEIXEIRA, Natermes Guimarães. 1995. A nova estrutura multibancária brasileira: da reforma à crise. *Cadernos da FACECA*. Campinas, vol. 4(2), julho/dezembro.

TROSTER, Roberto Luis. 1997. *Overbanking no Brasil*. São Paulo, MAKRON Books.

WILNER, Adriana. 1995. A Avenida Paulista não é mais aqui. *Exame*. São Paulo, 21 de junho, pp. 114-115.

WILNER, Adriana. 1995. O banco que soube se reinventar. *Exame*. São Paulo, 21 de junho, pp. 120-121.

WILNER, Adriana. 1995. Os caloteiros que se cuidem. *Exame*. São Paulo, 21 de junho, pp. 119.